



CERSUL



**PAC
2023**

Sumário

1 – Relatório da administração	3
2 – Demonstrações contábeis e notas explicativas societárias	36
2.1 – Balanço Patrimonial	36
2.2 – Demonstração do resultado do exercício.....	38
2.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	39
2.4 – Demonstrações do fluxo de caixa	40
2.5 – Notas explicativas.....	41
3 – Relatório dos auditores e parecer do conselho fiscal.....	56
3.1 – Relatório dos auditores	56
3.2 – Parecer conselho fiscal	59
4 – Relatório de recomendações dos auditores independentes para aprimoramento dos controles internos.....	60
5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas regulatórias	81
5.1 – Balanço patrimonial.....	81
5.2 – Demonstração do resultado do exercício.....	83
5.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	84
5.4 – Demonstração do fluxo de caixa	85
5.5 – Notas explicativas.....	86
5.6 – Relatório auditor independente.....	107

1 – Relatório da administração

Apresentação

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

O cooperativismo é um dos melhores caminhos para o desenvolvimento e a Cersul atua comprometida e contribui para o crescimento de nossa região, sendo uma referência em distribuição de energia elétrica, em atendimento a cerca de 20 mil associados.

Entre muitas ações e execuções, em 2023, as equipes da Cersul foram chamadas para atendimentos emergenciais 2.551 vezes. Estes chamados geraram 47.836 quilômetros percorridos pelos colaboradores, que conseguiram efetuar os serviços com uma média de 34 minutos

por chamado, entre o tempo de deslocamento e execução deste. Em se tratando de resolver a emergência o tempo fica em apenas cerca de 18 minutos.

O tempo de resposta da equipe é bastante significativo e positivo. Temos a segunda maior extensão de redes de energia elétrica entre as cooperativas, sendo 2.286 km sob nossa responsabilidade em uma região com cinco municípios de atendimento integral e mais seis de atendimento parcial. Uma logística bem montada entre nossos escritórios com plantão, uma infraestrutura de qualidade e uma equipe comprometida, faz com que o tempo de atendimento e sucesso das ações assegurem conforto aos cooperados. Estes números mostram o quanto zelamos por um atendimento de qualidade e que embasa nosso compromisso de sempre aprimorar ainda mais nossas atividades.

Mas fomos muito além, por meio de projetos sociais e em ações com nossa comunidade. Isso é reflexo do cooperativismo, que se baseia na cooperação entre indivíduos ou organizações para alcançar objetivos comuns. Quando se atua com uma finalidade comum os benefícios são sentidos por todos, e toda a atuação é fundamentada em princípios éticos, como honestidade, transparência e responsabilidade social. Isso pode contribuir para a construção de uma sociedade mais ética e sustentável.

O cooperativismo desempenha um papel importante na promoção de valores como solidariedade, participação e equidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais justa. E a Cersul, por meio do nosso Conselho de Administração e de nossos colaboradores atua focada com este intuito.

Nunca esquecemos de nosso papel principal, em fornecer energia elétrica com quantidade e qualidade, e mantemos o empenho para manter uma tarifa baixa e justa. Sabemos que a energia elétrica desempenha um papel fundamental na sociedade e é essencial para o funcionamento de diversas atividades diárias, bem como para o desenvolvimento econômico e social.

A disponibilidade de energia elétrica está diretamente relacionada ao crescimento econômico, indústrias, comércios e serviços dependem da eletricidade para operar. A eletricidade desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida das pessoas. É um pilar fundamental para o funcionamento da sociedade moderna.

Certos de que evoluímos muito e não podemos parar, a Cersul caminha olhando em frente em busca de novos horizontes e conquistas em prol de nosso associado.

Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 20 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos onze municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

Ligação de Consumidores

No ano de 2023, foram realizadas 382 novas ligações o que representou uma redução de 2,55% em relação ao ano anterior.

Estas ligações estão divididas por classe de consumo e serão apresentadas a seguir:

Ligação de Consumidores					
Classe	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	246	189	176	155	111
Industrial	15	102	169	101	101
Comercial	86	70	65	63	87
Rural	25	24	54	66	58
Poderes Públicos	7	6	5	7	6
Iluminação Pública	2	-	3	-	2
Serviço Público	1	1	-	3	-
Consumo Próprio	-	-	-	-	-
Total	382	392	472	395	365
Variação	(2,55%)	(16,95%)	19,49%	8,22%	(20,82%)

Enfatizamos que anteriormente as ligações feitas para as construções civis eram reclassificadas após o término para a sua devida classe, no ano de 2023 houve uma mudança no procedimento interno da cooperativa, desta forma as novas ligações são feitas diretamente nas classes consumidoras correspondentes.

Mercado de energia elétrica

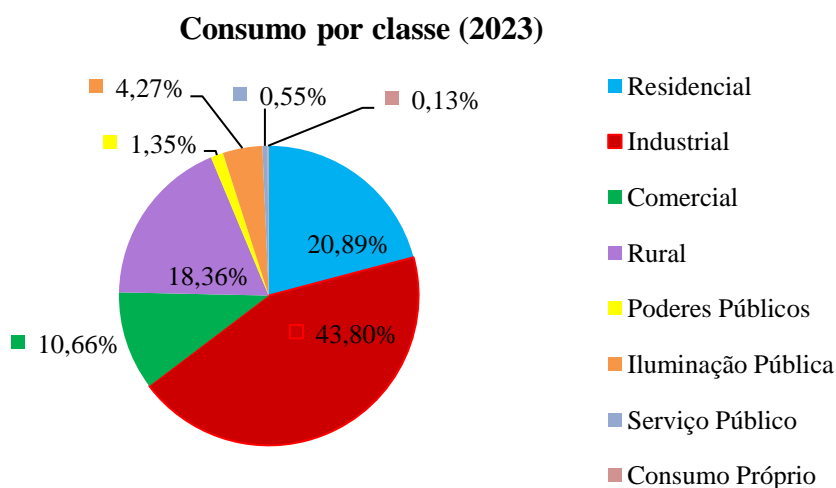
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2023 foi de 145.833,02 MWh, tendo apresentado um aumento de 0,48% em relação a 2022.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e residencial, utilizando 63.873,77 e 30.465,09 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

Consumo de Energia (MWh)					
Classe	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	30.465	28.268	23.656	23.022	21.800
Industrial	63.874	67.754	68.157	63.622	62.464
Comercial	15.540	14.165	13.060	11.686	11.701
Rural	26.776	26.012	29.146	30.553	29.144
Poderes Públicos	1.970	1.809	1.517	1.258	1.829
Iluminação Pública	6.223	6.184	5.979	6.522	6.271
Serviço Público	795	768	600	716	498
Consumo Próprio	191	174	168	168	177
Total	145.834	145.134	142.283	137.547	133.884
Variação	0,48%	2%	3,44%	2,74%	0,52%

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Balanco Energético

Balanco Energético (dados em KWh medidos)					
	2019	2020	2021	2022	2023
1 – Injeção de Energia	144.789.604	146.734.459	153.751.954	155.641.442	157.798.917
1.1 – A3 (Subestação Turvo)	142.306.606	143.373.414	149.130.675	148.206.236	147.084.827
1.2 – A4 (Subestação Maracajá)	2.031.175	2.557.612	3.051.422	2.609.198	2.406.291
1.3 – Geração Distribuída	451.822	803.432	1.569.857	4.826.008	8.307.799
2 – Fornecimento de Energia	132.660.731	136.299.400	140.935.155	143.486.382	144.079.030
2.1 – Mercado Cativo	132.660.731	136.299.400	140.935.155	143.486.382	138.801.654
2.1.1 – Grupo A4	61.606.246	62.608.377	67.698.162	67.085.028	58.783.920
2.1.2 – Grupo B	71.054.485	73.691.023	73.236.993	76.401.354	80.017.734
2.2 – Outros Agentes de Distr.	0	0	0	0	0
2.3 – Consumidores Livres	0	0	0	0	5.277.376
2.4 – Consum. Redes Básicas	0	0	0	0	0
3 – Perdas Totais	12.128.873	10.435.059	12.816.799	12.155.060	13.719.887
3.1 – Rede Básica	0	0	0	0	0
3.2 – Transmissão	0	0	0	170.903	945.746
3.3 – Distribuição	12.128.873	10.435.059	12.816.799	11.984.157	12.774.141
3.3.1 – Perdas Técnicas	10.556.036	9.078.502	11.160.886	10.571.169	11.979.660
3.3.2 – Perdas não Técnicas	1.572.837	1.356.557	1.655.913	1.583.891	1.740.227

Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2023 as perdas globais representaram 8,69% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Perdas de energia (dados em kWh medidos)					
Energia injetada	Energia fornecida	Perdas	Perdas %		
157.798.917	144.079.030	13.719.887	8,69		
Perdas de Energia (dados medidos)					
	2019	2020	2021	2022	2023
1 - Perdas Totais	8,38%	7,11%	8,34%	7,81%	8,69%
1.1 - Perdas Técnicas	7,29%	6,19%	7,26%	6,79%	7,59%
1.2 - Perdas não Técnicas	1,09%	0,92%	1,08%	1,02%	1,10%

Ingresso por classe de consumo

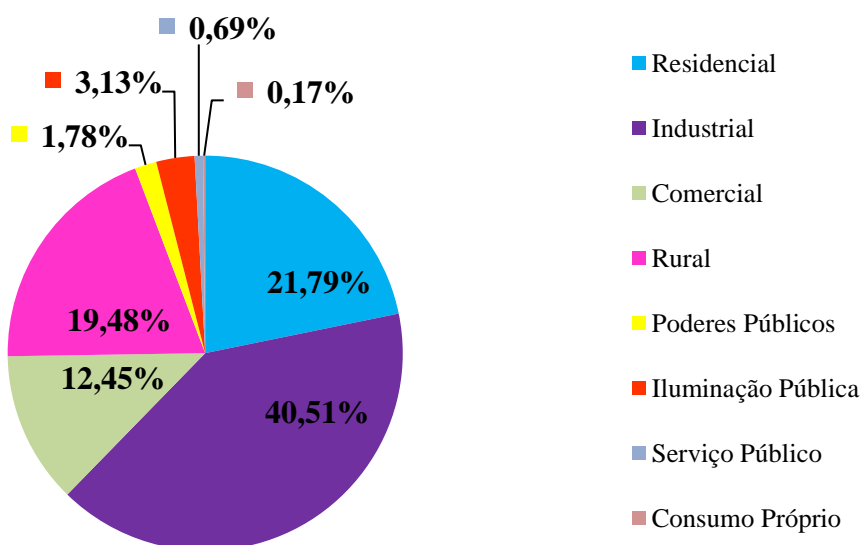
As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a residencial. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 26.986.861,74, e a classe residencial R\$ 14.514.324,79.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2023	2022	Variação (%)
Residencial	14.514	13.306	9,08
Industrial	26.987	29.787	(9,40)
Comercial	8.296	7.847	5,72
Rural	12.976	12.071	7,50
Poderes Públicos	1.185	1.092	8,52
Iluminação Pública	2.087	2.047	1,95
Serviço Público	459	435	5,52
Consumo Próprio	112	104	7,69
Total	66.616	66.689	(0,11)

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Igressos por classe (2023)

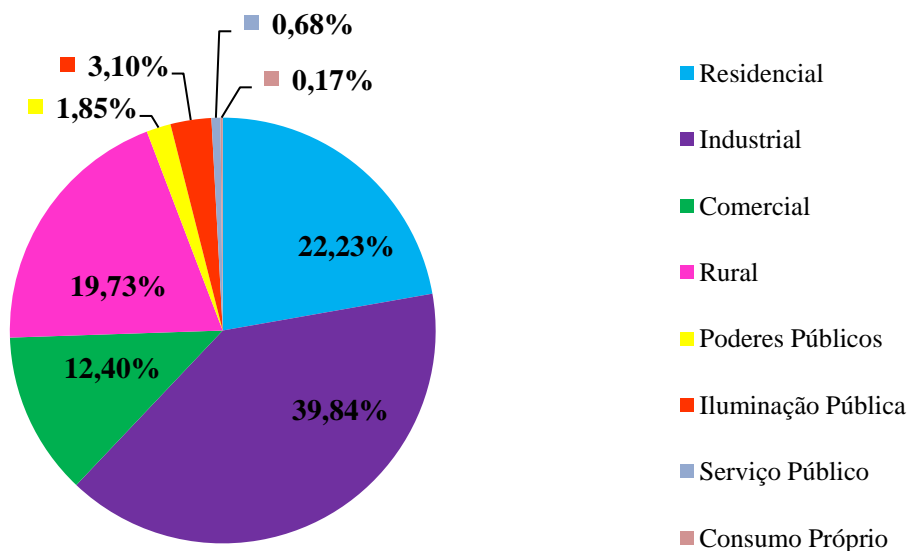


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 57.479.640,97 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2023	2022	Variação %
Residencial	12.780	11.174	14,37
Industrial	22.897	23.258	(1,55)
Comercial	7.126	6.170	15,49
Rural	11.342	10.133	11,93
Poderes Públicos	1.063	923	15,17
Iluminação Pública	1.784	1.614	10,53
Serviço Público	392	344	13,95
Consumo Próprio	96	82	17,07
Total	57.480	53.698	7,04

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Ingressos por classe - 2023 (Líquida ICMS)



Em 2023 não houve cobrança de bandeiras.

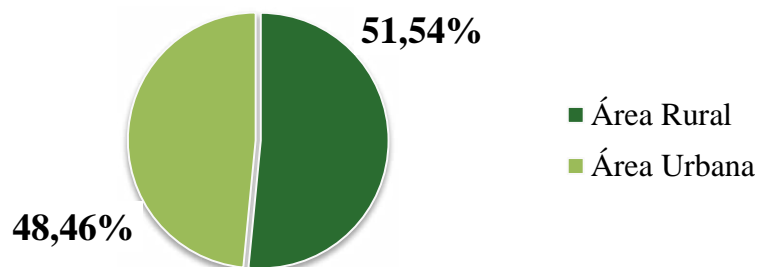
Unidades Consumidoras

Em dezembro de 2023, o número de unidades consumidoras chegou a 20.447, representando um aumento de 2,77 em relação a dezembro de 2022, esse número é obtido através da análise das coordenadas geográficas e quantidades de medidores instalados na rede, independente se os medidores estejam desligados temporariamente. Segue tabela demonstrativa:

Localização dos Consumidores	%	2023	%	2022	Variação %
Área Rural	51,54	10.539	51,57	10.259	2,73
Área Urbana	48,46	9.908	48,43	9.636	2,82
TOTAL	100	20.447	100	19.895	2,77

Abaixo gráfico representativo da tabela:

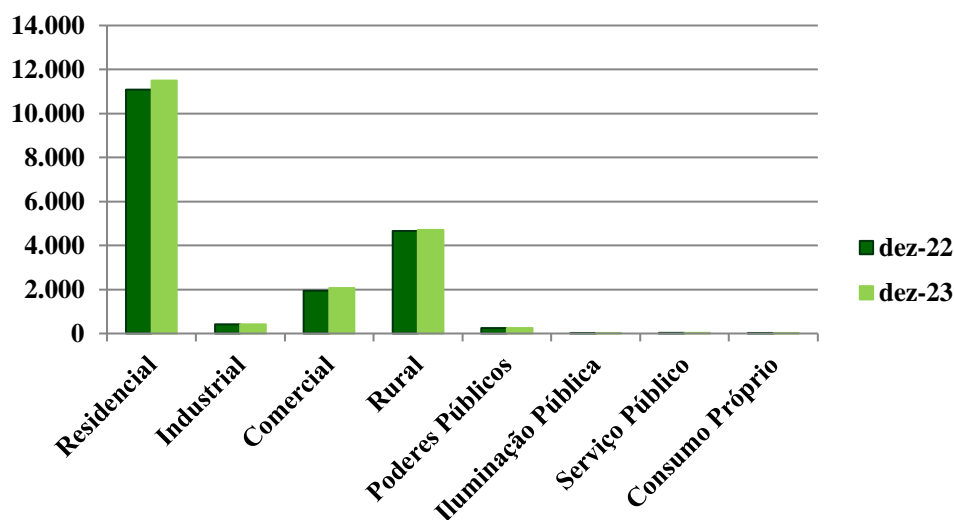
Localização dos Consumidores



A seguir será demonstrado o número de unidades consumidoras ativas por classe, apurados de acordo com o levantamento dos dados de faturamento do ano de 2023:

Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2023	Dez/2022
Residencial	11.503	11.074
Industrial	427	408
Comercial	2.069	1.944
Rural	4.705	4.667
Poderes Públicos	253	241
Iluminação Pública	21	19
Serviço Público	31	30
Consumo Próprio	9	9
Total	19.018	18.392

Gráfico representativo da tabela:



Processos tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Reajuste Tarifário homologado pela resolução nº 3.265 de 26/09/2023, calculou a receita requerida da cooperativa para o ciclo 2023/2024 onde as tarifas de fornecimento foram reajustadas em média 18,81%, sendo 16,96% para o Grupo A e 20,10% para o Grupo B.

A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

A parcela A é composta por:

- Compra de energia;
- Transporte de energia;
- Encargos setoriais.

A parcela B é composta por:

- Custo operacional;
- Depreciação;
- Investimentos.

Na tabela abaixo é apresentado o reajuste médio por tarifa homologada em 2023:

Tarifa	Reajuste
A4	16,96%
B1	17,81%
B2	25,14%
B3	17,79%
B4	17,63%

O aumento significativo no ano de 2023 deve-se ao fato de a ANEEL ter incluído um financeiro de diferimentos de anos anteriores. Sendo que no ano de 2023 a ANEEL decidiu não conceder mais diferimentos a nenhuma distribuidora.

Cabe ressaltar que o aumento na tarifa B2 foi mais significativo devido ao decreto do Governo Federal nº 9642/2018, o qual está retirando o subsídio gradativamente até zera-lo no ano de 2023.

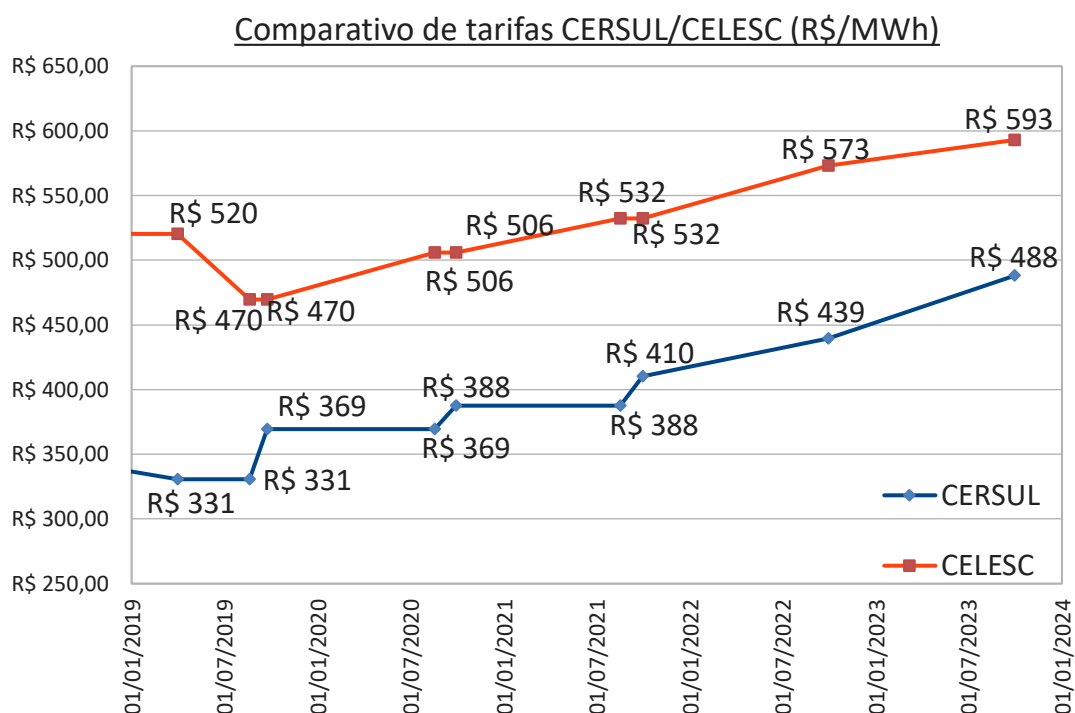
Considerando o não aceite da ANEEL no que diz respeito aos diferimentos, assim como a projeção de redução do custo de compra de energia para o ano 2024, quando a Cersul passará a comprar energia no mercado livre, a diretoria da Cersul optou por repassar reajustes menores às tarifas no ciclo 2023-2024, em relação aos homologados pela ANEEL. A tabela abaixo apresenta efetivamente os percentuais de aumento em relação às tarifas do ciclo 2022-2023.

Tarifa	Reajuste
A4	5,57%
B1	6,07%
B2	2,28%
B3	5,57%
B4	17,63%

Abaixo são apresentadas as tarifas aplicadas pela Cersul (sem impostos), considerando os descontos concedidos pela diretoria para minimizar o aumento das tarifas homologadas pela ANEEL.

Grupo B	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
B1 – Residencial	
Convencional	R\$ 0,46600
Branca Ponta	R\$ 0,96000
Branca Intermediária	R\$ 0,69000
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,41000
B1 – Residencial Baixa Renda	
Baixa Renda até 30 kWh	R\$ 0,08416
Baixa Renda de 31 a 100 kWh	R\$ 0,14428
Baixa Renda de 101 a 220 kWh	R\$ 0,21641
Baixa Renda acima de 221 kWh	R\$ 0,24046
B2 – Rural	
Convencional	R\$ 0,48000
Branca Ponta	R\$ 0,97213
Branca Intermediária	R\$ 0,68667
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,40122
B3 – Água, Esgoto e Saneamento	
Convencional	R\$ 0,52708
Branca Ponta	R\$ 1,16362
Branca Intermediária	R\$ 0,80505
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,44654
B3 – Comercial - Industrial - Poder Público - Consumo Próprio	
Convencional	R\$ 0,52708
Branca Ponta	R\$ 1,16362
Branca Intermediária	R\$ 0,80505
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,44654
B4 – Iluminação Pública	
B4a – Rede	R\$ 0,32299
B4b – Bulbo	R\$ 0,35235
Grupo A	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
Tarifa Horária Verde	
Demanda (kW)	R\$ 23,47
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 1,95000
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,23538
Tarifa Horária Azul	
Demanda Ponta (kW)	R\$ 70,41
Demanda Fora Ponta (kW)	R\$ 23,47
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 0,23538
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,23538

No gráfico abaixo é apresentada a evolução da tarifa B1(residencial) da Cersul, em comparação com a da CELESC.



É possível perceber pelo gráfico que a Cersul tem procurado oferecer uma tarifa menor que a da distribuidora CELESC, a qual detém a concessão na grande parte do Estado de Santa Catarina.

Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2015	6,31	7,85	56,75
2016	7,08	6,06	79,04
2017	5,71	5,26	84,80
2018	2,63	3,21	71,16
2019	2,39	3,15	90,17

2020	3,90	4,39	95,57
2021	5,77	4,61	69,02
2022	7,42	5,75	82,32
2023	3,79	5,41	74,64

Atendimento ao consumidor

A Cersul possui 6 postos de atendimento ao consumidor, sendo estes:

- ✓ Turvo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Ermo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Maracajá - Segunda a sexta – Horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.

Além dos postos de atendimento, a Cersul dispõe dos serviços: Telecomunicação gratuito (0800-643-1920); Aplicativo “Cersul Mobile” para registro de ocorrências e acesso de dados pelos consumidores e por último a agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2023, que totalizaram aproximadamente 105.402:

- ✓ 23.840 - Presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 18.266 - Atendimentos através do call center (0800);
- ✓ 60.069 - Através da agência virtual, site e aplicativo;
- ✓ 3.277 - Outros tipos de atendimentos.

Pós-Atendimento ao consumidor

Pesquisa de Pós-Atendimento

Essa pesquisa teve início em de março de 2018 e tem por finalidade avaliar a satisfação dos serviços prestados aos consumidores. A pesquisa consiste em ligar para o consumidor para que o mesmo avalie o atendimento, o prazo de execução e a realização dos serviços

prestados pela Cersul, para que assim a empresa possa realizar ações de melhorias nos processos internos.

Pesquisa de Satisfação do “Tratamento das reclamações comerciais”

Essa pesquisa tem por finalidade o acompanhamento da satisfação do consumidor quanto ao registro de sua reclamação na Cersul. Ela também é realizada através de contato telefônico após sua conclusão.

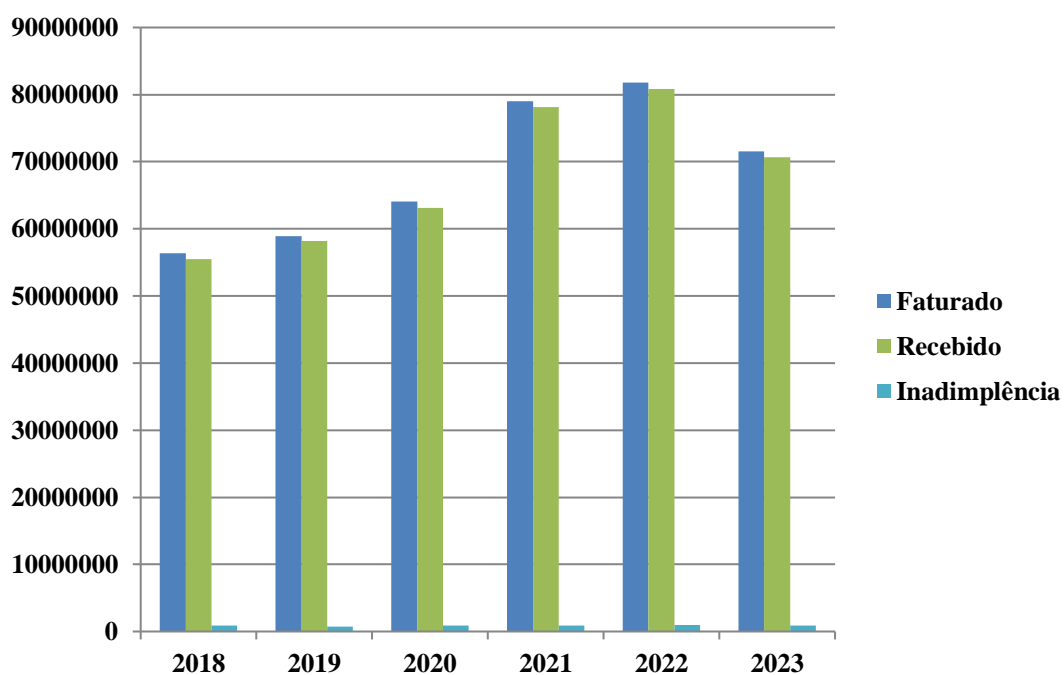
Cobrança

O índice de inadimplência anual dos consumidores da Cersul é calculado considerando todas as faturas vencidas no ano e que não foram quitadas até 31/12/2023. O valor de inadimplência anual em 2023 atingiu o montante de R\$ 857.898,53 resultando em um índice de 1,20%.

Na tabela a seguir será apresentado um comparativo dos valores faturados, recebidos e de inadimplência entre os anos de 2018 a 2023.

ANO	Faturado (R\$)	Recebido (R\$)	Inadimplência (R\$)	Diferença (%)
2018	56.371.902,78	55.504.989,18	866.913,60	1,56
2019	58.912.995,92	58.188.275,08	724.720,84	1,23
2020	64.063.688,55	63.142.597,01	921.091,54	1,44
2021	79.016.640,50	78.119.498,07	897.142,43	1,14
2022	81.805.596,96	80.840.735,45	964.861,51	1,17
2023	71.534.669,93	70.676.771,00	857.898,93	1,20

A seguir o gráfico representativo da tabela.



Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (vídeo, voz e dados) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Neste ano de 2023, houveram os seguintes investimentos:

- Mudança de monitoramento de câmeras do almoxarifado;
- Automação dos portões eletrônicos;
- Licenciamento do software de virtualização, backup, Antivírus/AntiSpam;
- Adição de um nobreak e chave de comutação no sistema de energia do CPD;
- Interligação via fibra ótica do posto de atendimento da cidade de Meleiro.

Foram também adquiridas outras licenças de software, novos computadores, impressora, tablettes, celulares a fim efetuar a atualização dos equipamentos utilizados e eventual depreciação pelo uso.

Desempenho econômico-financeiro

Ingresso operacional bruto

Em 2023, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura, serviços, doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço público atingiram o valor de R\$ 96.316.559,49 que representou uma redução de 1,83% se comparado ao ano de 2022, essa redução ocorreu devido a algumas indústrias a partir do mês de setembro de 2022 terem migrado para o mercado livre de energia.

Ingresso operacional líquido

Em 2023, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais atingiu o montante de R\$ 74.927.627,42, representando 8,75% de aumento em relação a 2022. Este aumento ocorreu devido a Lei Complementar 194 de 23/06/2022 que refere-se à redução da alíquota do ICMS passou de 25% para 17% e a redução dos encargos setoriais, pois não houve a cobrança das bandeiras tarifárias.

Sobra Líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2023 com sobra líquida de R\$ 17.619.344,02, valor este 69,26% maior ao realizado no ano anterior. O resultado positivo ocorreu devido a ligação da linha de transmissão 69kV.

Indicadores contábeis

Em R\$:	2023	2022	Variação%
Ingresso operacional	96.316.559,49	98.113.502,79	(1,83)
Deduções do ingresso	21.388.932,07	29.211.478,12	(26,78)
Ingresso operacional líquido	74.927.627,42	68.902.024,67	8,75
Custos do serviço de energia elétrica	56.897.140,22	58.289.629,57	(2,39)
Sobra bruta	18.030.487,20	10.612.395,10	69,90
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	207.045,98	165.647,27	24,99
Sobra líquida	17.619.344,02	10.409.479,54	69,26
Patrimônio líquido	132.278.122,10	115.779.696,60	14,25

Índices econômicos financeiros

	2023	2022	Variação	Conceito	Parâmetro
Liquidez Corrente	2,47	1,34	84,33%	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Liquidez Geral	11,25	8,98	25,28%	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
Endividamento Total (%)	9,76	12,53	(22,11%)	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Quanto menor melhor.
Rentabilidade S/ patrimônio (%)	13,32	8,99	48,16%	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

Investimentos

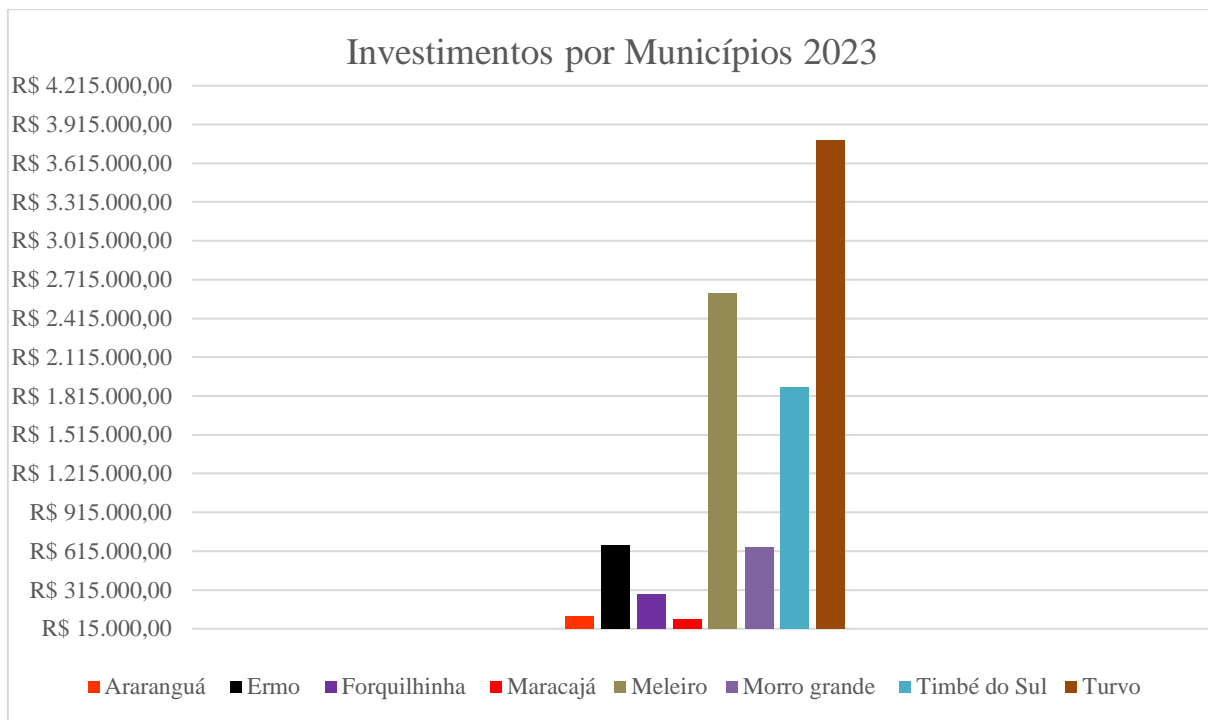
No ano de 2023 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. As imobilizações da Cersul alcançaram o valor de 11.298.617,38 reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

Imobilizações em 2023 - R\$	
Linhas e redes de distribuição	10.069.951,39
Máquinas e Equipamentos	545.799,55
Subestação	358.492,62
Sistema de Medição	308.923,82
Veículos	11.200,00
Móveis e Utensílios	4.250,00
Total	11.298.617,38

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2023 – R\$		
Turvo	3.794.599,69	37,68%
Meleiro	2.606.196,06	25,88%
Timbé do Sul	1.879.895,29	18,67%
Ermo	658.297,11	6,54%
Morro Grande	647.397,06	6,43%
Forquilha	285.286,30	2,83%
Araranguá	112.560,95	1,12%
Maracajá	85.718,93	0,85%
Total	10.069.951,39	100%

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Para 2024, a previsão é investir aproximadamente 14.579.458,15 reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por municípios para 2024 - R\$	
Meleiro	5.133.150,49
Turvo	3.226.156,40
Ermo	1.173.085,71
Morro Grande	950.000,00
Timbé do Sul	468.854,00
Araranguá	231.000,00
Total	11.182.246,60
Demais investimentos para 2024 – R\$	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	3.085.490,29
Medições Novas Polifásicas e Monofásicas	287.221,26
Medições Novas do grupo A4	24.500,00
Total	14.579.458,15

Principais Obras para 2024		
Obra	Local	Valor
Alteração/mudança de rede para trifásica na localidade de Soares - Sanga da Toca II	Araranguá	R\$ 231.000,00
Ampliação/reforma de rede - Recondutoramento entre o Centro do Ermo até a localidade de Morro do Ermo	Ermo	R\$ 236.244,12
Alteração/mudança de rede para trifásica na localidade de Água Branca	Ermo	R\$ 401.841,59
Ampliação/mudança de rede para trifásica entre as localidades de Santa Luzia e Santa Bárbara	Morro Grande	R\$ 950.000,00
Ampliação/reforma de rede na localidade de Vila Nova	Timbé do Sul	R\$ 234.854,00
Ampliação/reforma de rede na localidade de Serra Velha II	Timbé do Sul	R\$ 234.000,00
Alteração/reforma de rede com cabos compactos entre a Rod. SC 108 e Igreja do Jundiá	Meleiro	R\$ 1.233.150,49
Alteração de rede com cabos compactos e mudança de rede com duplo alimentador entre o bairro São Luis e o acesso à localidade de Turvo Baixo	Turvo	R\$ 954.488,66
Ampliação/reforma de rede às margens da rodovia estadual SC 108 a partir da rótula de acesso ao parque industrial até a avenida municipal no centro de Turvo	Turvo	R\$ 1.100.000,00
Alteração/mudança de rede para trifásica na localidade de Soares - Sanga da Toca II	Turvo	R\$ 507.812,59
Ampliação/reforma de rede - Recondutoramento entre o Centro do Ermo até a localidade de Morro do Ermo	Turvo	R\$ 153.855,15
Alteração/mudança de rede para trifásica na localidade de Água Branca	Turvo	R\$ 510.000,00
Ampliação/mudança de rede para trifásica entre as localidades de Santa Luzia e Santa Bárbara	Meleiro	R\$ 3.900.000,00
Ampliação/reforma de rede na localidade de Vila Nova	Ermo	R\$ 535.000,00
Total		11.182.246,60

Técnico

Em 2023 foram adquiridos os seguintes equipamentos:

- Equipamento de posicionamento global – GPS, de maior precisão, com correções automáticas e on-line, valor investido de R\$ 23.182,73.
- Dois testadores de medidores portáteis, para os medidores de faturamento em campo, para atender a portaria do INMETRO, valor investido de R\$ 24.414,69.
- Finalização da instalação para controle remoto de todos os equipamentos religadores e reguladores em campo, tornando a resposta a contingências e faltas de energia mais rápidas, valor investido de R\$ 4.379,00.

A previsão de investimentos para o ano de 2024 são:

- Adquirir mais um GPS para dar suporte e agilizar a elaboração dos projetos de redes de distribuição, valor previsto de R\$ 28.000,00.
- Aquisição de 2 novas pick-ups que irão substituir as atuais utilizadas para atualização virtual de nossa rede existente em campo e também para uso na fiscalização e gerenciamento ambiental, valor previsto de R\$ 210.000,00.
- Pretendem-se ainda investir no sistema de telemedição das bombas de irrigação, qualidade da energia e microgeração, para facilitar as leituras, ligações e desligamentos, além da suspensão de fornecimento, o valor previsto será de R\$ 3.000.000,00. Tal investimento irá beneficiar as áreas técnica, operacional e comercial, além de reduzir um custo anual estimado de R\$ 400.000,00 com ligação e desligamento de bombas.

Operacional

Em 2023 foram feitas aquisições para a frota de veículos e equipamentos, sendo estas:

- Um caminhão tracionado completo com guindaste, em substituição F4000, valor investido R\$ 848.142,85.
- Duas brocas para utilização junto aos caminhões de obras, valor total de R\$ 11.200,00.
- Quatro motosserras no valor total de R\$ 4.149,00.

- Um biotriturador no valor de R\$ 19.800,00.
- Um crimpador hidráulico no valor de R\$ 19.988,00.
- Uma motopoda de R\$ 3.939,00.
- Um alicate hidráulico de R\$ 15.780,00.

Para 2024 intenciona-se comprar 2 cestos niveladores duplos, trazendo mais firmeza e segurança para os trabalhos no valor aproximado de R\$ 30.200,00. Ainda, pretende-se adquirir equipamentos para lançamentos de cabos em redes compactas em um valor aproximado de R\$ 30.000,00.

Pretende-se também fazer a substituição da pick-up utilizada no setor operacional por uma Toyota Hilux simples no valor aproximado de R\$ 200.000,00.

Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associado-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2023 o total de 203.400 metros em obras de expansão e melhoria em redes de média tensão (MT) e baixa tensão (BT), além da instalação de 205 transformadores.

Principais Obras executadas 2023			
Descrição da Obra	Localidade	Extensão Média Tensão (Km)	Extensão Baixa Tensão (Km)
Alteração/mudança de rede para trifásica na localidade de Morro do Santana	Ermo	0,8	0,2
Alteração/mudança de rede para trifásica na Localidade de Tirilo	Forquilha	1,5	0,3
Construção de rede para possibilitar manobras nos alimentadores TVO 06, 07 e 10 - Desde a localidade de São Peregrino até a Rodovia SC 108 acesso a localidade de Sanga Grande.	Meleiro	9	5
Alteração/reforma de rede na localidade de Jacaré	Meleiro	1	-
Substituição banco de reguladores de tensão na localidade de Linha Pasini	Turvo	-	-

Alteração/reforma de rede na localidade de Três Barras	Morro Grande	1,5	-
Ampliação/mudança de rede para trifásica na Serra da Rocinha	Timbé do Sul	4	-
Ampliação/reforma de rede na localidade de Morro Azul	Timbé do Sul	1,5	0,5

Segue abaixo imagens de algumas redes mencionadas anteriormente:



Localidade de Morro do Santana – Ermo



Localidade de Tirilo – Forquilha



Localidade de São Peregrino até a Rodovia SC 108 acesso a localidade de Sanga Grande - Meleiro



Localidade de Jacaré – Meleiro



Localidade de Linha Pasini – Turvo



Localidade de Três Barras - Morro Grande



Serra da Rocinha - Timbé do Sul



Localidade Morro Azul – Timbé do Sul

Subestação

Em 2023, foi modernizado e deixado mais robusto o sistema de controle remoto da subestação Cersul substituindo os atuais STs-Servidores Terminais por uma UTR-Unidade Terminal Remota. Valor investido de R\$ 74.824,00.

A previsão de investimentos para o ano de 2024 são:

- Adequar o “bay de entrada” existente, para receber a nova linha de 69KV, estamos programando a compra de um novo relé de proteção e 2 módulos de comunicação, valor estimado de R\$ 144.290,00.
- Construir um novo “bay” de saída em 13,8 kV, o TVO-11, valor estimado R\$ 126.284,44.
- Melhoria das instalações do banco de capacitores do transformador TT2, valor estimado

de R\$ 25.100,00.

- Troca das chaves seccionadoras no lado de 13,8kV da subestação, valor estimado da obra de R\$ 450.000,00.
- Aquisição de equipamentos sobressalentes para comunicação remota da subestação, valor estimado de R\$ 58.233,52.
- Intenciona-se também fazer a modernização no sistema de proteção das barras de 13,8kV na subestação com a instalação de 3 relés de sub/sobretensão, valor estimado de R\$ 90.000,00.
- Ainda pretendemos fazer a substituição dos religadores antigos por novos equipamentos, valor estimado de R\$ 450.000,00.

Captação de Recursos

Os investimentos de 2023 foram realizados todos com recursos próprios.

Composição acionária

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 194.944,00, representado por cotas-partes de 20.168 associados com direito a 1 (um) voto cada, independentemente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

Número de associados		
2023	2022	Variação % 2023-2022
20.168	19.561	3,10

Gestão da qualidade

Durante os dias 26 a 29 de setembro de 2023 a Cersul passou por uma auditoria externa de Recertificação da ISO 9001:2015 com a empresa DQS, onde todos os processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Cersul foram auditados. A auditoria externa de 2023 foi de Recertificação porque existe uma data de validade para o certificado da ISO 9001:2015,

que é de 03 (três) anos. Então, a cada três anos é feita esta recertificação e entre uma recertificação e outra são feitas auditorias de manutenção da norma.

A equipe de auditoria confirmou que a Cersul mantém um sistema de gestão de acordo com a norma aplicada e inclusive elencou pontos dentro da empresa que excedem os requisitos, os quais são chamados de Pontos Fortes. Assim, um novo certificado foi emitido com validade para 15/11/2026 o qual se encontra abaixo:



Certificado ISO 9001.

O foco na melhoria contínua permite que a CERSUL se mantenha como uma referência em diversas áreas e consiga identificar pontos falhos onde irá direcionar esforços para melhorá-los.

Gestão de Pessoas

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais.

Recursos Humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (agregar, aplicar, manter, desenvolver e monitorar) de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2023, admitiu 9 novos colaboradores e no mesmo período, 3 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 111 colaboradores, sendo 110 ativos, 4 inativos e 1 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Saúde e segurança no ambiente de trabalho

Saúde

Em 2023 a empresa disponibilizou 100% do valor da vacina H1N1 aos colaboradores totalizando o investimento de R\$ 8.400,00.

Durante o ano de 2023 a empresa permaneceu com todo trabalho de prevenção para o cuidado com a pandemia COVID-19, além de disponibilizar o exame laboratorial aos funcionários com sintomas.

- ✓ Disponibilizados dispensadores com álcool em gel 70% para a higiene das mãos, nos locais de trabalho, pontos eletrônicos, veículos, etc.;
- ✓ Criado e divulgado os protocolos para identificação e encaminhamento de trabalhadores com suspeita de contaminação pelo novo Coronavírus antes de ingressar no ambiente de trabalho, afastando das atividades laborais, por medida de segurança, os trabalhadores que apresentasse sintomas de infecção respiratória, tais como febre, tosse, falta de ar, coriza com testes custeados pela Cersul.

Segurança no ambiente de trabalho

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2023 o valor de R\$ 114.743,90 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2023 o valor de R\$ 63.179,13 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET, realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da empresa Sinergia e com a psicóloga Elisângela Manenti.

Em maio de 2023 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.

Nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2023, foi realizado o XVIII SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Foram desenvolvidas algumas atividades com os colaboradores com intuito de despertar a consciência de todos sobre a importância da prevenção de doenças e qualidade de vida, durante o evento foi realizado: Exames laboratoriais, palestras ministradas por profissionais especialistas, que na oportunidade falaram sobre saúde e segurança, primeiros socorros, combate ao assédio sexual e outras formas de violência no trabalho e para encerramento do evento a palestra motivacional “Fé(licidade)”.

Nesses eventos foram investidos um total de R\$ 24.765,00, sendo reembolsado pela SESCOOP o valor de R\$ 13.300,00, totalizando o valor de R\$ 11.465,00 de despesa para a cooperativa.

A seguir imagens das Palestras na semana da XVII SIPAT:



Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e SESCOOP/SC (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxiliou seus colaboradores investindo o valor total de R\$ 40.700,00, sendo o valor de R\$ 21.675,34 reembolsado pela SESCOOP, na qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

A seguir imagens de alguns dias de treinamentos:



A Cersul conta também com o auxílio do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) para incentivar seus funcionários com cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 5 colaboradores das áreas afins da cooperativa foram cadastrados e receberam auxílio de R\$ 12.844,27 do SESCOOP para pagamento dos cursos.

O programa jovem e menor aprendiz é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de trinta funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o SATC e SESCOOP, tem em seu quadro funcional 1 jovem aprendiz.

Confraternização

Durante o ano de 2023 a Cersul promoveu confraternizações para seus funcionários e núcleos cooperativistas, sendo estes:

- Dia Internacional da Mulher: No dia 8 de março foi realizado um workshop com o tema “A moda fala: Que mensagem você quer transmitir?”, o evento reuniu todas as colaboradoras. A palestra foi ministrada pela palestrante/ Estilista Clédia C. Spillere.
- Dia do Trabalhador: No dia primeiro de maio, em reconhecimento aos funcionários da Cersul, a empresa realizou uma janta e presenteou cada um como agradecimento a dedicação e esforços.
- Aniversariantes: Nos aniversários dos colaboradores a Cersul, como forma de comemorar e reconhecer, entrega um presente aos mesmos.
- Aniversario da Cersul: Em setembro, a empresa realizou um jantar especial com todos os funcionários para celebrar os 62 anos da cooperativa.

- Confraternização de Final de Ano: Em dezembro para o encerramento das atividades anuais, a Cersul promoveu uma confraternização para os colaboradores e familiares, também fez a entrega de uma bolsa natalina e um bônus especial no vale alimentação, com o objetivo de agradecer e valorizar o empenho e bom trabalho realizado por todos.

Responsabilidade social

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. Foi arrecadado a quantia de 3.477.614,50 de reais que foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

Projetos sociais

A Cersul com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP promoveu ações sociais sua área de atuação, sendo elas:

Mulheres Cooperativistas: O núcleo tem por objetivo oferecer uma metodologia cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social da cooperativa.

Em 2023 a Cersul realizou a formação de 20 novas integrantes do núcleo feminino. A formação aconteceu no período de junho a agosto, formaram um total de 44 horas/aulas de formação.

Em 2023, após a formação todo o grupo do Núcleo Feminino participou do evento 18º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas em Florianópolis, nos dias 05 e 06 de setembro, este evento é uma realização do SESCOOP/SC e teve como tema “O amor constrói histórias”, a Cersul enviou 25 mulheres para prestigiar e participar do evento, com a finalidade de expandir os conhecimentos, exercitar a criatividade, aprimorar a essência cooperativa e assim trazer mais envolvimento das Mulheres Cooperativas com as causas sociais da Cersul.



Projeto Terra Fértil: O projeto foi desenvolvido nas escolas dos municípios de abrangência integral da Cersul, alcançando 13 escolas e 17 turmas, durante os meses de junho, julho e agosto de 2023, com o intuito de trabalhar o tema Compostagem. Este projeto resultou de uma colaboração com a empresa ECOA - Consultoria Ambiental. A ECOA conduziu seis visitas às salas de aula para abordar o tema com as crianças.

A metodologia adotada consistiu no uso de um sistema de aprendizagem lúdico, dinâmico e leve, baseado na prática - com a montagem da composteira diretamente na escola. Adicionalmente, foram distribuídas revistas em quadrinhos sobre o tema para estimular o interesse das crianças pela leitura e escrita. Para reforçar o conteúdo, foi realizado um piquenique literário em parceria com as escolas, onde as crianças desfrutaram de lanches, participaram de uma sessão de contação de histórias e se envolveram em diversas brincadeiras. Além disso, foram fornecidos materiais para que as turmas envolvidas no projeto pudessem participar do desfile de 7 de setembro.

As professoras também receberam uma lembrança como expressão de gratidão pela participação e dedicação no projeto. Por fim, as crianças plantaram mudas de ervas e chás nas composteiras das escolas. Este projeto totalizou o investimento de R\$ 42.060,50, e alcançou a média de 400 estudantes. A seguir imagens do projeto “Terra Fértil – Aprendendo a Compostar”:



Doação de Sangue: Pensando sempre no próximo a Cersul incentiva os funcionários a doar sangue, nos dias chuvosos onde não é possível e seguro trabalhar nas redes de distribuição de energia, a Cersul disponibiliza transporte para que os funcionários do campo possam ir até o Hemosc em Criciúma fazer a doação de sangue.



Natal Cooperativo: Em dezembro, as praças dos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Timbé do Sul e Morro Grande foram palco de uma festiva celebração do espírito natalino, promovida em parceria pela Cersul e as CDL's (Câmaras de Dirigentes Lojistas) locais. A iniciativa, que visou fortalecer os laços comunitários e celebrar a confraternização, ocorreu entre os dias 9 e 22 de dezembro de 2023. Além da apresentação dos Soldadinhos do Papai Noel, também foram disponibilizados às crianças brinquedos como cama elástica e tobogã, inclusive atividades como pintura facial e distribuição de algodão doce. A presença do Papai Noel também incluiu a entrega de kits de guloseimas.



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 12 de março de 2024.

Conselho de Administração.

2 – Demonstrações contábeis e notas explicativas societárias

2.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO			
	NOTA	31/dez/23	31/dez/22
CIRCULANTE		22.989	14.729
Caixa e equivalentes de caixa	05	7.761	1.443
Consumidores associados	06	8.527	7.619
Impostos a recuperar	07	328	325
Estoques	08	1.039	852
Serviços em curso	09	919	693
Ativos regulatórios	10	1.550	1.397
Despesas de exercícios seguintes		210	214
Subsídios tarifários	11	2.361	1.755
Outras contas a receber	12	294	431
NÃO CIRCULANTE		122.195	115.560
Impostos a recuperar	07	407	322
Ativo indenizado (permissão)	04-G 13	35.101	30.729
Depósitos judiciais		764	725
INVESTIMENTOS		672	630
Participações societárias permanentes	14	672	630
IMOBILIZADO	13	61	61
INTANGÍVEL	04-HL 13	85.190	83.093
TOTAL DO ATIVO		145.184	130.289

PASSIVO

	NOTA	31/dez/23	31/dez/22
CIRCULANTE		9.318	11.027
Fornecedores	15	3.590	4.215
Salários, ordenados e encargos	16	2.311	1.601
Impostos, taxas e contribuições	17	979	824
Sobras a repassar geração	18	718	1.378
Taxas regulamentares	19	1.056	985
Passivos regulatórios	20	27	1.029
Outros débitos	21	637	995
NÃO CIRCULANTE		3.587	3.483
Processos trabalhistas e cíveis	22	-	26
Obrigações vinculadas a permissão	04-M	3.587	3.457
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		132.279	115.779
CAPITAL SOCIAL		195	189
Capital social realizado	23	195	189
RESERVAS DE CAPITAL		1.233	1.233
Doações e subvenções		1.233	1.233
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		29	28
Ajuste de avaliação patrimonial		29	28
AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		5.981	6.388
Ajuste de avaliação patrimonial		5.981	6.388
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		116.936	103.172
Reserva legal		13.265	11.509
Fates		3.810	3.598
Reserva de ampliação		99.861	88.065
SOBRAS DO EXERCÍCIO		7.905	4.769
Sobras a disposição da AGO	24	7.905	4.769
TOTAL DO PASSIVO		145.184	130.289

2.2 – Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/23	01/jan/22
	a	a
	31/dez/23	31/dez/22
INGRESSOS OPERACIONAIS	96.317	98.113
Fornecimento de energia	23.865	35.333
Disponibilização do sistema de distribuição	45.392	38.693
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.129	121
Serviços	2.508	2.467
Serviços cobráveis	23	53
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público	23.400	21.446
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS	(21.389)	(29.212)
Tributos e contribuições sobre a receita	(9.337)	(13.170)
Encargos do consumidor	(12.052)	(16.042)
INGRESSOS LÍQUIDOS	74.928	68.901
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(56.898)	(58.288)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(22.363)	(35.073)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.935)	(1.411)
Encargos de transmissão	(7.317)	-
Custo de operação		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(11.868)	(11.492)
Material	(3.253)	(2.828)
Serviços de terceiros	(1.999)	(1.457)
Depreciação e amortização	(6.001)	(4.349)
Provisões	(132)	(58)
Seguros, tributos e aluguéis	(1.814)	(1.379)
Outros	(216)	(241)
SOBRA BRUTA	18.030	10.613
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	1.116	1.314
Dispêndios financeiros	(66)	(143)
Ingressos financeiros	1.182	1.457
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS	(1.320)	(1.352)
SOBRAS ANTES DA CS E IR	17.826	10.575
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(207)	(166)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	17.619	10.409

2.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA / PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS					SOBRAS (PERDAS) À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
					FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/21	182	1.232		6.984	10.449	3.923	80.208		94.580	4.996	107.974
1 - AUMENTO DE CAPITAL											
- Integralização (devolução) de quotas	7										7
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações legais e estatutárias		1			1.060	907	4.239		6.206	(6.207)	-
- Destinações AGO							4.996		4.996	(4.996)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS											
- Realização da Fates						(1.232)			(1.232)		(1.232)
- Deliberação AGO							(1.378)		(1.378)		(1.378)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(568)						567	(1)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										10.409	10.409
SALDOS 31/DEZ/22	189	1.233	-	6.416	11.509	3.598	88.065	-	103.172	4.769	115.779
1 - AUMENTO DE CAPITAL											
- Integralização (devolução) de quotas	6										6
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações legais e estatutárias					1.756	1.339	7.026		10.121	(10.121)	-
- Destinações AGO							4.770		4.770	(4.770)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS											
- Realização da Fates						(1.127)			(1.127)		(1.127)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(406)						408	2
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										17.619	17.619
SALDOS 31/DEZ/23	195	1.233	-	6.010	13.265	3.810	99.861	-	116.936	7.905	132.279
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6	-	-	(406)	1.756	212	11.796	-	13.764	3.136	16.500

2.4 – Demonstrações do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/23	01/jan/22
	a	a
	31/dez/23	31/dez/22
ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.820	13.409
Sobras do exercício	17.619	10.409
Redução (Aumento) de consumidores associados	(908)	2.954
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	(88)	176
Redução (Aumento) de estoques	(187)	1.141
Redução (Aumento) de adiantamentos	(919)	-
Redução (Aumento) de despesas exerc. seguintes	4	(77)
Redução (Aumento) de serviços em curso	686	(18)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(152)	196
Redução (Aumento) de subsídios tarifários	(2.361)	-
Redução (Aumento) de outras contas a receber	1.899	(234)
Redução (Aumento) de depósitos judiciais	(39)	(722)
Aumento (Redução) de fornecedores	(625)	746
Aumento (Redução) de salários a pagar	1.859	81
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contribuições	155	(1.266)
Aumento (Redução) de provisão de férias	(1.149)	234
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	71	(2.833)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	(1.001)	951
Aumento (Redução) de processos trab. e cíveis a pagar	(26)	(10)
Aumento (Redução) de outros débitos	(1.018)	1.681
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.381)	(16.314)
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(4.372)	(20.127)
(Aumento) Redução dos investimentos	(42)	(32)
(Aumento) Redução do intangível	(2.097)	3.688
Aumento (Redução) de obrigações vinc. a permissão	130	157
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.121)	(2.604)
Realização de reservas	(1.127)	(1.232)
Aumento (Redução) do capital social	6	6
Reversão de reserva deliberada pela AGO	-	(1.378)
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	6.318	(5.509)
Disponibilidades no início do exercício	1.443	6.952
Disponibilidades no final do exercício	7.761	1.443

2.5 – Notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infra-estrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

A permissionária detém permissão válida até o ano 2038 para a distribuição de energia elétrica, (conforme aditivo referendado pela ANEEL em 06/05/2021) em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado. A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a 19.561 mil associados.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

Estas demonstrações estão em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.001, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 933/21, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC TG 2004, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CERSUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A CERSUL apresenta, no encerramento do exercício de 2023, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos regulatórios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrange saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores associados e outras contas a receber.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos

contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos. Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CERSUL assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota "10" e "20" respectivamente, a partir desta data.

E) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

F) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL (Manual de Controle do Ativo Imobilizado), às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

H) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das deliberações que aprovam respectivamente o CPC 04(R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

I) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

c) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01874 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,03971 para cada quilowatt-hora kWh

consumido;

• Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,09492 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

J) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa em Eficiência Energética – PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Tipo	Remuneração	2023	2022
Caixa e Bancos			498	349
Fundo de Caixa			2	2
C. E. Federal	Conta Corrente	-	92	121
Sicoob Credisulca	Conta Corrente	-	104	97
Sicoob Credisulca A.L.	Conta Corrente	-	43	1
Banco do Brasil	Conta Corrente	-	249	33
Bradesco	Conta Corrente	-	7	95
Numerário em trânsito			47	92
Aplicações Financeiras			7.216	1.002
C. E. Federal	CDI	101,72% CDI	193	173
Sicoob Credisulca	CDI	98% CDI	6.897	795
Banco do Brasil	CDI	107% CDI	100	-
Sicoob Credisulca	CDI	98% CDI	26	33
Total			7.761	1.443

NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

Classes	2023	2022
Residencial	1.656	1.308
Industrial	2.561	2.255
Comercial	959	766
Rural	1.663	1.594
Poder Público	99	76
Iluminação Pública	214	164
Serviço Público	40	21
Parcelamento de Energia	409	506
Fornecimento não faturado	1.807	1.672
Subtotal – Consumidores	9.409	8.361
Serviço Taxado	7	12
Participação Financeira	96	106
Outros Créditos	81	76
SUB TOTAL	9.593	8.555
PROVISÃO P/ CRÉDITO LIQ. DUV. FATURAS	(744)	(651)
PROVISÃO P/ CRÉDITO LIQ. DUV. S/ PARC.	(322)	(285)
TOTAL GERAL	8.527	7.619

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	2023	2022
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	263	207
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	64	118
IRRF aplicações financeiras	0	0
Total	328	325

LONGO PRAZO	2023	2022
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	407	322
Total	407	322

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

W1 – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

W2 – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

NOTA 08 – ESTOQUES

Material	2023	2022
Almoxarifado em serviço	714	711
Resíduos e sucatas	18	37
Adiantamento a fornecedores	306	104
Total	1.039	852

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

Descrição	2023	2022
Serviços Prestados a Terceiros	30	32
Serviços Próprios	889	662
Total	919	693

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	2023	2022
CDE - Neutralidade	62	281
PROINFA Neutralidade	18	55
TFSEE Neutralidade	0	3
IF CUSD e PIS e COFINS	1.470	1.058
Total	1.550	1.397

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 11 – SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Valores referem-se ao reembolso da CDE homologados por resolução ANEEL destinados a subvenção para custear descontos tarifários e baixa densidade demográfica.

NOTA 12 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2023	2022
Serviços prestados a receber (WI)	232	235
(-) Provisão outros Créditos	(37)	(35)
Adiantamento de Férias	45	40
Rateio perda período 2000	1	1
Cheques e Parcelamentos a receber	43	43
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	(43)	(43)
Compartilhamento de infraestrutura	91	170
Alienações a Receber	0	27
Alienações a Receber	(38)	(7)
Outros	1	0
Total	294	431

WI – Valores a receber referente à instalação de equipamentos de padrão de medição, que serão recebidos pela fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

NOTA 13 – IMOBILIZADO (INDENIZÁVEL E INTANGÍVEL)

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

CONTAS	2023	2022
Ativo indenizável (Permissão)	35.101	30.729
Bens não vinculados à permissão	61	61
Intangível *	85.190	83.093
Total	120.353	113.884

A partir de 2011, a nova regra pede que sejam reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05, onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

INTANGÍVEL

CONTAS	2022	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Em Serviço	95.757	27.333	(23.592)	(41.344)	58.154	57.587
Softwares	571	0	0	(369)	2	3
Terras	84	63	(63)		84	84
Edificações	207	35	(35)	(144)	62	69
Máquinas e Equipamentos	89.448	26.615	(23.489)	(37.565)	55.009	54.148
Móveis e Utensílios	312	1	(3)	(285)	25	40
Veículos	5.335	618	(1)	(2.982)	2.971	3.243
Em Curso	7.453	38.134	(35.445)		10.142	7.453
Sistemas de Transmissão	17.151	14.984	(14.984)	(1.170)	15.981	17.058
Total Distribuição	120.361	80.450	(74.021)	(42.514)	84.277	82.098

CONTAS	2022	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Em Serviço	1.313	420	(56)	(773)	904	668
Softwares	147	0	0	(102)	45	67
Máquinas e Equipamentos	561	415	(53)	(361)	562	254
Móveis e Utensílios	304	5	(2)	(152)	155	167
Veículos	301	0	0	(159)	142	180
Em Curso	327	137	(454)		9	327
Total Administração	1.640	557	(510)	(773)	913	995
Total do Intangível	122.001	81.007	(74.531)	(43.288)	85.190	83.093

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de força	2,86%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Administração	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e benfeitorias	3,33%

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Descrição	2023	2022
Fecoerusc	2	2
Brasil Telecom	7	7
Credisulca	663	621
Outras	0	0
Total	672	630

NOTA 15 - FORNECEDORES

Descrição	2023	2022
CELESC	1.522	1.604
Encargos do uso da rede elétrica	657	-
Materiais	1.308	2.281
Serviços	103	331
Total	3.590	4.215

NOTA 16 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Descrição	2023	2022
Empregados	30	31
Provisão de férias	1.255	1.150
INSS	263	-
FGTS	82	-
PIS	10	-
Imposto de renda - empregados	214	-
Contribuição sindical	1	-
Pensões judiciais	3	-
Diretores	451	420
Total	2.311	1.601

NOTA 17 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	2023	2022
INSS – Folha de pagamento	-	243
FGTS – Folha de pagamento	-	76
IRRF – Folha de pagamento	-	187
ICMS	880	255
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	91	43
Retenções PF – IRRF	6	9
PIS – Folha de pagamento	-	9
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ato não coope	2	2
Total	979	824

NOTA 18 – SOBRAS A REPASSAR GERAÇÃO

Valores remanescentes das sobras dos períodos findos em 2011, 2012 e 2013, os quais foram aprovados em assembleia geral ordinária, para que os mesmos possam ser repassados para a atividade de geração de energia, o qual será pago para a Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento conforme decisão da administração. O valor de R\$ 718 mil está assim representado:

Período	Sobra a disposição AGO	Valor do repasse aprovado	Valor a repassar
2011	RS 3.328 mil	RS 800 mil	RS 178
2012	RS 2.659 mil	RS 600 mil	RS 600
2013	RS 2.044 mil	RS 600 mil	RS 600
2023	Valor repassado/recebido		(RS 660)
	TOTAL		RS 718

NOTA 19 – TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	2023	2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	992	968
Taxa de fiscalização	14	14
Repasse CCBRT	-	3
Comp financeira de recursos hídricos	50	-
Total	1.056	985

NOTA 20 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	2023	2022
PROINFA - Neutralidade	-	12
TFSEE	2	2
CDE Neutralidade	25	71
Conta CCBRT - Bandeiras	-	944
Total	27	1.029

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 21 – OUTROS DÉBITOS

Descrição	2023	2022
Rep. à convênios/ Consig. /Contrib. sind. /Plan. saúde	-	5
Débitos e Créditos da faturas	3	5
Convênio iluminação pública	176	167
Convênios c/ hospitais e associações	250	628
Capital social a devolver associado	73	73
Sobras a distribuir	23	23
Devol. a efetuar/ Duplicidade/ Créditos a identificar	52	43
Compra de crédito de ICMS a pagar – empresa	33	23
Outros	28	28
Total	637	995

NOTA 22 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica e administração da entidade, não houveram riscos de perda das causas classificados como “Prováveis” ou ainda estas são imateriais. Para as demais causas com riscos classificados como “Remotos” ou “Possíveis”, no montante aproximado de R\$ 1,15 milhões de reais, fica dispensado o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09 (NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

NOTA 23 - CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 20.168 (Vinte mil, cento e sessenta e oito) associados em 31/dez/2023.

NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	Valor R\$
A) Ajustes de exercícios anteriores	-
B) Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	407
C) Sobras líquidas do exercício	17.619
Total das sobras	18.026
(D) Sobras com associados	17.566
(E) Resultado com terceiros	460
Total do Resultado	18.026
BASE PARA AS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	17.566
Demonstrativo das Destinações Estatutárias	
F) Reserva Legal - 10% das sobras	1.757
G) Reserva de Assist. Téc. Ed. Social (RATES) = (5%) + (Resul. Terceiros)	1.338
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 40% das sobras	7.026
I) Total das destinações estatutárias	10.121
J) Sobras À disposição da AGO	7.905

ANDREI
MAGAGNIN:6
6945089991

Assinado de forma
digital por ANDREI
MAGAGNIN:66945089
991
Data: 2024.04.02
10:49:38 -03'00'

Andrei Magagnin
CPF: 669.450.899-91
Presidente

JOELMA
WALNIER DOS
SANTOS:03681
563977

Assinado de forma
digital por JOELMA
WALNIER DOS
SANTOS:03681563977
Data: 2024.04.02
10:49:05 -03'00'

Joelma Walnier dos Santos
CPF: 036.815.639-77
CRC: 030.3850 - 2
Contadora

3 – Relatório dos auditores e parecer do conselho fiscal

3.1 – Relatório dos auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por empresa de auditoria independente, onde emitiram relatório de auditoria na data de 27/01/2023 sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 08 de março de 2024.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSÉ
HENRIQUE EYNG:50626590949
Dados: 2024.03.14 17:32:03 -03'00'

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI/ CVM Nº 638

Documento assinado digitalmente
IVAN RZATKI
Data: 14/03/2024 17:32:03 -03'00'
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

IVAN RZATKI
CONTADOR CRC-SC Nº 26.060/O-0

3.2 – Parecer conselho fiscal

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO FISCAL DA CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, REALIZADA NO DIA 13 DO MES DE MARÇO DE 2024.

Aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte quatro, às dezessete horas, na sala de reuniões desta Cooperativa, sito a Rua Ludovico Menegaro, 1275, Bairro São Luiz, Turvo Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 86.512.670/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000391-5, reuniram-se extraordinariamente os membros efetivos do Conselho Fiscal - Coordenador -; GUILHERME BARDINI FASCIN; Secretário JOACIR JOSÉ NETTO; Membro Efetivo MOACIR LODETTI; membro Efetivo HELDER PIZZETTI membro Efetivo ALEDIO SALVARO Membro Efetivo ADRIANO MILIOLLI; com fins específicos para tratarem de assuntos relacionados a esta cooperativa, para apuração do Relatório da Diretoria, Balanços e Apreciação de contas relativas ao ano de 2023; de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer dos Auditores Independentes, decidimos por unanimidade aprovar os balancetes mensais e Balanço Geral, inclusive o Demonstrativo e Relatório do Conselho de Administração referente ao exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2023, emitindo nosso parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Coordenador Sr. Guilherme Bardini Fascin e para constar, eu, Joacir José Netto, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes. TURVO (SC), 13 de Março de 2024.

Coordenador.....  GUILHERME BARDINI FASCIN

Secretário...  JOACIR JOSÉ NETTO

Membro Efetivo  MOACIR LODETTI

Membro Efetivo  HELDER PIZZETTI

Membro Efetivo  ALEDIO SALVARO

Membro Efetivo..  ADRIANO MILIOLLI

4 – Relatório de recomendações dos auditores independentes para aprimoramento dos controles internos

CARTA DE CONTROLES INTERNOS N° 03/2024 (Recomendações para Aprimoramento dos Controles Internos)

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1)** Com vistas à execução dos trabalhos de interim, referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa cooperativa, relativas ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, a sede da mesma foi visitada durante o período de 2023, e fevereiro de 2024.
- (1.2)** Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.
- (1.3)** De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.
- (1.4)** Tais pontos podem referir-se, de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.

2 – CONTROLES INTERNOS

No intuito de fortalecer os procedimentos internos da Cooperativa, realizamos análise nos setores financeiro, compras e almoxarifado, objetivando a validação dos procedimentos utilizados, os quais amparam a movimentação financeira e contábil.

Os trabalhos de análise e verificação foram realizados durante o período de 2023. As situações aqui apontadas já foram informadas para a Administração da Permissionária.

ESCOPO DOS TRABALHOS (FINANCEIRO / CONTABIL)

Os trabalhos compreenderam o seguinte escopo:

TESOURARIA: Entendimento das rotinas operacionais da tesouraria, teste de conciliações bancárias, verificação física de documentos e integração com contabilidade.

FORNECEDORES (Operacional): Entendimento das rotinas operacionais de contas a pagar, testes de conciliação das contas a pagar, revisão das rotinas de pagamentos, revisão de documentos, contas vencidas e vincendas, integração com a contabilidade.

CLIENTES (Operacional): Entendimento de rotinas operacionais de contas a receber, verificação física de documentos, verificação do saldo das contas a receber vencidas e a vencer, integração com a contabilidade.

3 – TESOURARIA

(3.1) ROTINAS OPERACIONAIS DA TESOURARIA

A tesouraria da Cersul é gerida por uma funcionária que realiza os pagamentos de obrigações assumidas pela cooperativa, em sua grande maioria através de pagamentos digitais de boletos de cobrança e, também, de débitos diretos autorizados, bem como realização de transferências bancárias, tudo por meio da utilização de chaves de acesso.

Usualmente são pagos todos os títulos que estão cadastrados no módulo de contas a pagar do software operacional da cooperativa. O módulo de contas a pagar é gerado quando do cadastro das Notas Fiscais no software de controle operacional pelo setor contábil.

Os títulos gerados no sistema do Contas a pagar são autorizados pelo gerente e presidente da Cooperativa. Essas autorizações são manuais com a assinatura no documento fiscal.

Os registros das notas fiscais também são realizados manualmente no sistema, o que atualmente acaba consumindo entre 60 e 70% do tempo do funcionário responsável (analista contábil).

Os pagamentos realizados são baixados no módulo de contas a pagar, e a pessoa responsável faz a conciliação das movimentações financeiras com os extratos bancários, procedendo com os registros das tarifas e conferindo os saldos bancários diários.

Face ao exposto, entendemos que as rotinas operacionais da tesouraria estão de acordo com as práticas de governança, atendendo às necessidades da Cersul e realizando as operações financeiras em tempo hábil.

Cabe ressaltar, que o trabalho manual de digitação de informações das notas fiscais de entrada, podem ser suprimidos a partir da importação dos dados através dos arquivos "xml". Este processo facilitará as atividades do setor, deixando maior tempo disponível aos auxiliares para as conciliações contábeis e outros serviços necessários.

(3.2) MOVIMENTAÇÃO FÍSICA DOS RECURSOS DE CAIXA

A movimentação física de numerários de caixa é considerada irrelevante. No período de 06 (seis) meses a movimentação de caixa foi aproximadamente R\$ 4 mil. No dia da visita de nossa auditoria o fundo de caixa tinha saldo de R\$ 1.966,55. Saldo este que a permissionária tem o procedimento de manter todo final de mês o valor de R\$ 2 mil.

Analizamos os documentos e os desembolsos realizados pelo fundo de caixa e evidenciamos o pagamento de pequenas despesas como despesas de viagens, faturas Casan, Celesc (aluguel), pedágios, boleto IPTU e pequenos serviços.

Desta forma não evidenciamos exceções ou grandes riscos a cooperativa em relação a movimentação física de numerários, desde que os desembolsos continuem sendo restritos a pequenos valores.

(3.3) SALDOS CONTÁBEIS DE BANCOS x SALDOS DE EXTRATOS

Os saldos contábeis de bancos foram conferidos com os saldos apresentados nos extratos bancários, a fim de confirmar os saldos contábeis de contas correntes e aplicações financeiras bancárias.

Descrição Contas Contábeis	Saldo Balanete (30/06/20)	Saldo Extrato Bancário (30/06/20)	Saldo Balanete (30/06/20)	Obs
CAIXA ECON.FEDERAL - C/ 3340	100.167,18	100.167,18	0,00	
CREDISULCA - C/ 1.601-2	174.030,81	174.537,02	-506,21	w1
BRASIL S/A - C/ 4.409-1	760.594,23	760.594,23	0,00	
CREDISULCA A.L - C/ 18.157-9	111.107,53	111.107,53	0,00	
BRADESCO S/A - C/31-0	111.356,28	111.356,28	0,00	
CREDISULCA TURVO	5.261.367,83	5.261.367,83	0,00	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL S/A	182.633,51	182.633,51	0,00	
CREDISULCA APLICATIVO	25.174,02	25.174,02	0,00	
CAUÇÃO LINHA DE TRANSMISSÃO 69KV- CREDISULCA	763.233,02	763.233,02	0,00	
Total do Saldo das Contas Bancárias	7.489.664,41	7.490.170,62	- 506,21	

W1 – Valor conciliado. Cheque pendente de compensação.

Os extratos bancários foram disponibilizados pela contabilidade, os quais são emitidos diretamente nos *sites* das instituições financeiras.

Os recebimentos de clientes são creditados nas contas correntes pelas instituições financeiras no dia seguinte ao efetivo recebimento (d+1), e em alguns casos no segundo dia subsequente ao recebimento (d+2). Nos controles financeiros, os valores recebidos de clientes são baixados em conta contábil transitória, de grupo "numerário em trânsito", sendo transferido para a conta contábil do grupo de "contas bancárias a vista" no efetivo crédito na conta corrente.

Os saldos de "valores em trânsito" foram conferidos com os registros de créditos em conta corrente, em evento subsequente, nos primeiros dias do mês seguinte, comprovando assim os saldos contábeis de "valores em trânsito".

Diante do exposto, entendemos que os controles operacionais financeiros relativos a contas correntes e aplicações financeiras estão de acordo com as boas práticas de governança, sendo registradas as movimentações financeiras e controlados os saldos bancários. Cabe salientar que não foram emitidas cartas de circularização de saldos junto as instituições financeiras, sendo tal procedimento adotado na auditoria final de balanço.

4 – CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES

(4.1) ROTINAS OPERACIONAIS RELATIVAS A CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES

A tesouraria da Cersul é o setor responsável pela efetivação dos pagamentos a fornecedores e de outras obrigações da cooperativa, tais como salários, tributos, encargos sociais, despesas operacionais, entre outras. Usualmente são pagos os títulos que estão previamente cadastrados no software de controle operacional.

O módulo de contas a pagar do software de controle operacional é mantido com registros realizados pelo setor contábil, sendo que quando é processada a entrada da Nota Fiscal de compra, automaticamente é gerado o título a pagar, gerando assim o relatório de contas a pagar.

Nos foi informado de que todas as aquisições de estoque são autorizadas pelo responsável do setor, sendo que neste trabalho de auditoria não foram revisados os processos de compras e aprovações, sendo analisados os processos financeiros de pagamentos à fornecedores.

Já as demais despesas da Cersul são cadastradas pelo departamento contábil, que processa o registro da Nota Fiscal de entrada, e conseqüentemente, os registros financeiros de contas a pagar. A pessoa responsável do departamento contábil nos informou que somente são cadastradas as Notas Fiscais com a devida autorização de um superior responsável, que poderá ser o Presidente da Cersul, ou o gerente geral.

A pessoa responsável pela tesouraria efetua os pagamentos das obrigações, processa a baixa no software de controle operacional, e também realiza a conciliação de movimentações financeiras dos extratos bancários.

Face a todo o exposto, entendemos que o ideal é revisar os processos de compras para estoques, avaliando os atuais procedimentos de autorização e registros das Notas Fiscais de entrada, sendo que tal processo de revisão poderá ser realizado pela auditoria em outros trabalhos de interim específicos no setor de compras da Cersul.

(4.1.1) ROTINAS DE PAGAMENTOS E BAIXAS NO SISTEMA

O processo administrativo de pagamentos de títulos e baixas no sistema são realizados da seguinte forma:

- A funcionária responsável emite o relatório dos títulos a vencer da respectiva data e confere com a relação do banco (DDA) e também com os boletos em sua posse.

- A partir das informações cadastradas no sistema, a funcionária seleciona os títulos a serem pagos e gera o documento chamado borderô. Posterior a isso, entra no site/sistema do Banco do Brasil e faz o registro dos boletos pelo leitor de código de barra.
- Desta forma, a tesouraria não utiliza as informações do DDA para o pagamento dos títulos e sim a informação dos boletos recebidos.
- Depois de registrados os boletos no site do banco, confere-se novamente o borderô com as informações agendadas para pagamento no site. Se neste borderô conter boletos com vencimentos futuros, estes ficam com pagamentos programados para o dia do vencimento.
- Posteriormente à liberação do pagamento na conta corrente, a funcionária acessa o sistema financeiro para efetuar/ou autorizar a baixa dos títulos cadastrados no borderô anteriormente conferido com as informações agendadas. Os borderôs são feitos por data de pagamento.

Entendemos que o processo de baixas dos títulos está adequado e possui boas práticas em relação a conferência e baixa das contas a pagar. Ressaltamos que o registro do boleto no site do Banco do Brasil, através do leitor de código de barra, não é necessário quando este confere com as informações do DDA do próprio banco. Desta forma a baixa seria realizada pelas informações do DDA.

Apesar disto, a tesouraria continua com este procedimento em razão de maior confiança no processo já realizado, no qual o setor não identifica falhas.

(4.2) RELATÓRIO DE CONTAS A PAGAR x SALDOS CONTÁBEIS DE FORNECEDORES

Os saldos contábeis de fornecedores foram comparados com o relatório financeiro de contas a pagar, obtendo-se os seguintes resultados:

Conta Contábil	Descrição	Contábil	Financeiro	Conferência	
6616	Fornecedores de Encargos de Uso da Rede Elétrica	526.271,51	51.722,79	474.548,72	W1
4662	Celesc Distribuição S.A.	1.713.102,36	1.713.102,36	0,00	
11074	Fornecedores de Materiais e Serviços	2.179.147,37	2.214.416,31	(35.268,94)	W2
Total		4.418.521,24	3.979.241,46	439.279,78	

W1 - Valor referente provisão de EUST - Encargos do Uso do Sistema de Transmissão do mês 06/2023, o qual as referidas notas fiscais são emitidas em mês posterior ao de sua competência, desta forma, justificando o registro contábil de uma provisão.

W2 - Diferença entre relatórios, a qual não identificamos sua origem. Recomendamos a conciliação para a sua identificação, no entanto, para fins de auditoria, o valor é imaterial em relação ao total.

Diante disto, sugerimos que sejam mantidos os atuais procedimentos de baixas e conciliações contábeis de fornecedores, gerando assim informações contábeis e gerenciais confiáveis.

Os testes referentes às baixas estão demonstrados no item 4.4 deste relatório.

(4.3) ANÁLISE DE PRAZOS DE VENCIMENTOS DE CONTAS A PAGAR

Com base no relatório financeiro de contas a pagar, foi procedida uma análise de prazos de vencimentos, conforme segue:

Faixa de Vencimento	Saldo Fornecedores 30/06/2023
Vencidos	0,00
Vencidos até 30 dias	2.833.875,45
Vencidos de 31 a 60 dias	559.518,61
Vencidos de 61 a 90 dias	291.939,48
Vencidos de 91 a 120 dias	170.662,13
Vencidos acima de 121 dias	71.523,00
Total	3.927.518,67

Conforme pode-se observar, a grande maioria das contas a pagar da Cersul são para o prazo de 30 dias, não constando títulos vencidos em atraso.

(4.4) ANÁLISE DE COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Foram selecionados registros contábeis de desembolsos referentes a pagamentos de títulos, de janeiro a junho de 2023, para análise dos comprovantes de pagamento, registro financeiro e o efetivo pagamento com o débito bancário, conforme seguem:

Contabilidade			Registro Financeiro e Bancário	
Data	Registro Contábil do Desembolso	Fornecedor	Valor Baixa	Data Baixa
04/01/23	52.192,00	Premel	52.192,00	04/01/23
04/01/23	63.978,00	Premel	63.978,00	04/01/23
10/01/23	967.672,34	CCEE Camara de Comercialização de Energ.	967.672,34	10/01/23
23/01/23	26.528,64	HITACHI ENERGY BRASIL LTDA	26.528,64	23/01/23
23/01/23	33.038,52	Premel	33.038,52	23/01/23
23/01/23	39.383,50	Premel	39.383,50	23/01/23
24/01/23	2.921,00	AUDICONSULT AUDITORES S/S	2.921,00	24/01/23
16/02/23	967.672,34	CCEE Camara de Comercialização de Energ.	967.672,34	16/02/23
16/02/23	141.975,28	ICMS	141.975,28	16/02/23
27/02/23	1.547.317,63	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	1.547.317,63	27/02/23
27/02/23	2.921,00	AUDICONSULT AUDITORES S/S	2.921,00	27/02/23
28/02/23	45.639,65	USEALL SOFTWARE LTDA	45.639,65	28/02/23
02/03/23	117.828,77	SALÁRIOS A PAGAR	117.828,77	02/03/23
10/03/23	967.672,34	CCEE Camara de Comercialização de Energ.	967.672,34	10/03/23
10/03/23	39.217,50	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	39.217,50	10/04/23
13/03/23	67.777,69	Premel	67.777,69	13/03/23
23/03/23	63.960,16	Cia Hidro Elétrica do Sao Francisco	63.960,16	23/03/23
23/03/23	3.059,58	LINHAS DE TRANSMI DO ITATIM S.A.	3.059,58	23/03/23
23/03/23	3.559,27	CANARANA TRANS. DE ENERGIA S.A	3.559,27	23/03/23
27/03/23	63.430,87	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	63.430,87	27/03/23
27/03/23	2.921,00	AUDICONSULT AUDITORES S/S	2.921,00	27/03/23
28/03/23	45.639,65	USEALL SOFTWARE LTDA	45.639,65	28/03/23
10/04/23	39.217,50	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	39.217,50	10/04/23
10/04/23	69.603,80	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	69.603,80	10/04/23
10/04/23	51.491,00	Premel	51.491,00	10/04/23
10/04/23	14.665,06	SIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	14.665,06	10/04/23
20/04/23	169.178,89	ICMS	169.178,89	20/04/23
20/04/23	52.355,00	Premel	52.355,00	20/04/23
24/04/23	69.603,80	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	69.603,80	24/04/23

Contabilidade			Registro Financeiro e Bancário	
Data	Registro Contábil do Desembolso	Fornecedor	Valor Baixa	Data Baixa
28/04/23	26.457,64	SIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	26.457,64	28/04/23
28/04/23	45.639,65	USEALL SOFTWARE LTDA	45.639,65	28/04/23
09/05/23	14.665,06	SIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	14.665,06	09/05/23
09/05/23	46.254,00	Premel	46.254,00	09/05/23
23/05/23	2.648,40	INTEGRACAO TRANSM. DE ENERGIA	2.648,40	23/05/23
23/05/23	2.631,79	TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA	2.631,79	23/05/23
29/05/23	45.639,65	USEALL SOFTWARE LTDA	45.639,65	29/05/23
07/06/23	14.665,07	SIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	14.665,07	07/06/23
09/06/23	14.667,34	UNIMED CRICIUMA - COOP	14.667,34	09/06/23
16/06/23	89.319,23	13º SALARIO ADIANTAMENTO	89.319,23	16/06/23
20/06/23	242.315,79	INSS	242.315,79	20/06/23
23/06/23	2.628,66	TRANSMISSORA SERTANEJA ELE S.A	2.628,66	23/06/23
23/06/23	3.291,88	TRANSMISSORA JOSE MARIA	3.291,88	23/06/23
26/06/23	55.724,03	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	55.724,03	26/06/23
28/06/23	45.639,65	USEALL SOFTWARE LTDA	45.639,65	28/06/23
Totais	6.384.609,62		6.384.609,62	

Conforme evidenciado, os registros contábeis possuem respaldo nos registros financeiros e bancários.

Face ao exposto, sugerimos que sejam mantidos os atuais procedimentos de controles de contas a pagar, bem como os processos de pagamentos e baixas de títulos pagos.

(4.5) ANÁLISE DE NOTAS FISCAIS DE COMPRAS

Selecionamos alguns títulos registrados do sistema financeiro para confirmar a existência das notas fiscais e verificar o exato período de competência que foram registradas no sistema.

A existência das notas fiscais foi confirmada através das informações do EFD-ICMS/IPI de janeiro a junho de 2023.

FORNECEDOR	REGISTRO FINANCEIRO			EFD-ICMS/IPI		
	Nº DOC	DATA MOVTO (PGTO)	VALOR DO TÍTULO	NF	VALOR DOC FISCAL	DATA EMISSÃO
BRUVER CRC CONSULTORIA	14551	08/05/23	3.237,00	14551	3.237,00	10/04/2023
KATIA ADRIANA DE OLIVEIRA	12386	22/05/23	3.275,00	12386	3.275,00	24/04/2023
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	60553	11/05/23	67.776,00	60553	203.329,99	09/02/2023
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	61221	09/05/23	46.254,00	61221	92.509,58	10/03/2023
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	59746	27/02/23	30.806,00	59746	61.612,64	28/12/2022
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	61634	28/04/23	378.486,07	61634	378.486,07	03/04/2023
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	61221	10/04/23	46.255,58	61221	92.509,58	10/03/2023
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	59746	27/01/23	30.806,64	59746	61.612,64	28/12/2022
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS	61170	06/04/23	38.577,00	61170	38.577,00	09/03/2023
CIMENTUR ARTEFATOS	3745	10/04/23	10.300,00	3745	20.600,00	09/02/2023
CIMENTUR ARTEFATOS	3624	02/02/23	35.580,00	3624	35.580,00	03/01/2023
COMERCIAL ELETRICA SUL LTDA	27505	13/06/23	3.159,90	27505	3.159,90	17/05/2023
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	203753428	25/05/23	64.273,27	203753428	64.273,27	01/04/2023
WEG EQUIP. ELÉTRICOS S/A	213544	10/03/23	39.217,50	213544	78.435,00	08/02/2023
SIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	2913	28/04/23	26.457,64	2913	79.372,90	01/03/2023
AMG COMERCIO & REPRES.	2982	13/03/23	6.868,25	2982	6.868,25	13/02/2023
CHIMARRAO TRANSMISSORA	25297	23/06/23	3.826,45	25297	3.826,45	01/06/2023
EDP TRANSMISSAO SP-MG S.A.	22452	23/06/23	3.804,29	22452	3.804,29	02/06/2023
EDP TRANSMISSAO ALIANCA SC	30520	23/03/23	11.796,94	30520	11.796,94	13/03/2023

FORNECEDOR	REGISTRO FINANCEIRO			EFD-ICMS/IPI		
	Nº DOC	DATA MOVTO (PGTO)	VALOR DO TÍTULO	NF	VALOR DOC FISCAL	DATA EMISSÃO
Cia Hidro Eletrica do Sao Francisco	242664	23/03/23	63.960,16	242664	63.960,16	28/02/2023
Cia Hidro Eletrica do Sao Francisco	245613	23/03/23	3.144,90	245613	3.144,90	28/02/2023
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.	282340	23/05/23	3.492,46	282340	3.492,46	04/05/2023
XINGU RIO TRANSMISSORA	50531	15/05/23	7.725,79	50531	23.177,37	28/04/2023
ARGO VI TRANSMISSÃO	61	23/03/23	4.418,67	61	4.418,67	06/03/2023
Cia. de Geracao Energia Eletrica do Sul	552429	24/05/23	10.375,90	552429	10.375,90	30/04/2023
ENBPAP - EMP. BRAS. DE PART.	478	26/06/23	165.609,05	478	165.609,05	15/06/2023
TOTAIS			1.109.484,46		1.517.044,71	

Conforme evidenciado, os controles financeiros estão de acordo com as notas fiscais emitidas pelos fornecedores e seus respectivos prazos de vencimento dos títulos.

Diante do exposto, sugerimos que sejam mantidos os atuais controles operacionais financeiros relativos a contas a pagar e baixas de fornecedores, gerando informações contábeis e gerenciais precisas.

5 – CONTAS A RECEBER - CONSUMIDORES

O sistema de contas a receber é alimentado pela emissão das faturas de energia elétrica aos consumidores da cooperativa. O setor financeiro realiza os processos de baixa destas faturas importando os “arquivos retorno” das agências bancárias diariamente.

Diante destes procedimentos realizamos análises de validação dos saldos do “Contas a Receber” e verificação das baixas realizadas.

(5.1) RELATÓRIO DE CONTAS A RECEBER x SALDOS CONTÁBEIS DE CONSUMIDORES

Os saldos contábeis de consumidores foram comparados com o relatório financeiro de faturas a receber, obtendo-se os seguintes resultados:

30/06/2023			
	Faturas em Aberto Receber Energia + ICMS	Contabilidade	Conferência
Residencial	1.376.189,84	1.376.189,84	-
Industrial	2.821.767,60	2.821.767,60	-
Comercial	796.104,41	796.104,41	-
Rural	1.090.975,40	1.090.975,40	-
P Públicos	83.318,36	83.318,36	-
Ilum Publica	182.036,83	182.036,83	-
Serv Publico	37.635,87	37.635,87	-
Consumo Proprio	-	-	-
Total	6.388.028,31	6.388.028,31	-

Além das faturas de energia em aberto, a cooperativa possui em contas segregadas os valores de parcelamentos, serviços e participação financeira, vejamos:

jun/23	Faturas	Parcelamentos	Serviços Cobráveis + Participação Financeira + Outros	Renda não Faturada	Total
Faturas a Receber	6.388.028,31	463.353,49	158.903,82	1.510.739,47	8.521.025,09
Provisão de Perdas	-647.433,78	-278.560,19	-24.361,34	0,00	-950.295,21
Total Geral	5.740.594,53	184.793,30	1.34.602,58	1.510.739,47	7.570.729,88

Na comparação dos registros financeiros com os registros contábeis não evidenciamos exceções.

(5.1.1) PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em análise aos valores de provisão para perdas em relação as faturas em atraso, evidenciamos que os valores registrados na escrituração fiscal estão condizentes com as regras descritas no manual de contabilidade do setor elétrico.

Classe (Provisão Perda Contábil)	Saldo da Provisão (Energia)	Provisão Calculada c/todos Itens	Observação
Residencial	- 203.359,35	- 258.411,30	Adequada
Industrial	- 537.399,36	- 689.441,10	Adequada
Comercial	- 105.863,85	- 120.032,60	Adequada
Rural	- 66.781,62	- 84.641,25	Adequada
Poçeres publicos	- 715,41	- 726,65	Adequada
Iluminação publica	- 11.874,38	- 12.050,72	Adequada
Outros	-	-	Adequada
TOTAL	- 925.993,97	- 1.165.303,62	

As provisões de perdas contábeis são ajustadas mensalmente conforme regras do setor elétrico. Nesta análise não identificamos exceções.

(5.1.2) CONSUMIDORES EM ATRASO

Os valores de faturas em aberto, somando energia e outros itens, estão assim dispostos por data de vencimento.

Faixa de Vencimento	Saldo Faturas a Receber (Energia + Outros Itens) 30/06/2023	%
Faturas a Vencer	5.584.398,39	74,1%
Vencidas até 30 dias	514.771,82	6,8%
Vencidas de 31 a 60 dias	124.573,61	1,7%
Vencidas de 61 a 90 dias	31.483,11	0,4%
Vencidas de 91 a 120 dias	6.366,39	0,1%
Vencidas de 120 a 360 dias	128.395,26	1,7%
Vencidas de 360 a 720 dias	40.463,83	0,5%
Vencidas acima de 720 dias	1.102.201,06	14,6%
Total	7.532.653,47	

Dos valores em atraso a mais de 06 (seis) meses, demonstramos os maiores devedores.

ID Consumidor	Nome Consumidor	Valor em Aberto/Atraso	Qtd de Faturas
8451	SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LT	234.735,00	15
14246	ARROZ OLIVO ALIMENTOS LTDA	97.600,29	2
16724	JOSÉ CENOIR RODRIGUES DA SILVA - EPP	97.427,38	22
19092	MORELLI ALIMENTOS LTDA	83.332,18	37
24860	PESCADOS S.F LTDA -ME	64.323,34	9
17411	RECICLAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁ	48.155,03	17
10355	CLEJO DANIEL OLIVO - ME.	32.664,84	6
22144	CEREALISTA SUL CATARINENSE LTDA.	29.489,53	2
24471	BAUER PLAST RECICLAGEM LTDA ME	28.168,63	3
199	ABEL DAL PONT	27.671,34	18
10308	CEREAIS GENUINO LTDA	20.139,00	5
354	MUNICIPIO DE MELEIRO	12.357,58	79
18284	DY ESTEFANI CONFECÇÕES LTDA -ME	9.454,00	17
10384	MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL.	8.445,36	73
30422	GUILHERME AUGUSTO WINTER	8.425,91	2
11860	IND. CONSERVAS ALIM. MILIOLI LTDA	8.336,62	9
12834	GERSON RICARDO ZILLI	6.873,90	13
6326	DELDI SILVEIRA COSTA	5.756,23	20
15424	JAIR MARTINS	5.358,69	8
13105	MARCOS VALENTIN DARABAS - ME.	5.291,60	20
Total dos 20 maiores devedores em atraso (base 30/06/23)		834.006,45	

Percebe-se que dos R\$ 7,5 milhões a receber, 74% são vincendas e outros 10% estão vencidas até 360 dias, ou seja, existe uma liquidez razoavelmente satisfatória dos valores de faturas a receber.

A cooperativa mantém ferramentas de cobrança destas faturas em atraso, como o corte no fornecimento de energia, negociação com parcelamento e cobrança judicial. Tais procedimentos de cobrança não foram analisados neste trabalho e serão testados em visita oportuna.

(5.2) BAIXA DE FATURAS - CONSUMIDORES

Realizamos análise no procedimento de baixa das faturas de energia no sistema financeiro da cooperativa.

As faturas são baixadas automaticamente quando da importação dos arquivos de retorno da agência bancária. Solicitamos relatório de baixas por agente arrecadador (Banco, Lotérica e outros) afim de conferir se a entrada do recurso está condizente com a baixa da fatura no sistema e vice-versa. Segue demonstrativo da amostragem de junho/2023:

Data da Baixa	Data Crédito Banco	Valor Crédito Conta Corrente	Valor das Faturas Baixadas	Conferência	Qtd Faturas	Agente
12/06/2023	14/06/2023	396.660,05	396.660,05	-	264	Arrecadação BB
13/06/2023	15/06/2023	81.276,65	81.276,65	-	104	Arrecadação BB
16/06/2023	20/06/2023	25.630,68	25.630,68	-	49	Arrecadação BB
21/06/2023	23/06/2023	35.481,72	35.481,72	-	98	Arrecadação BB
26/06/2023	28/06/2023	434.456,24	434.456,24	-	121	Arrecadação BB
05/06/2023	07/06/2023	28.871,63	28.871,63	-	111	Cobrança Sicoob
12/06/2023	15/06/2023	27.497,49	27.497,49	-	84	Cobrança Sicoob
27/06/2023	29/06/2023	7.088,81	7.088,81	-	20	Cobrança Sicoob
Total Analisado		1.036.963,27	1.036.963,27	-		

Nesta conferência das amostragens não evidenciamos inconsistências.

6 – COMPRAS

Em continuidade aos trabalhos contratados, estendemos nossas análises para revisão dos controles internos e operacionais voltados ao setor de compras da cooperativa. Tal verificação tem o objetivo de identificar possíveis falhas que venham a distorcer as informações geradas, bem como causar prejuízo financeiro para a entidade.

Nossos esforços foram direcionados à avaliação de procedimentos e de fatos ocorridos nas atividades executadas pelos responsáveis ligados ao setor de compras da empresa, tais como:

- Revisão dos procedimentos de compras;
- Lançamento de notas fiscais.

A referida análise compreendeu o período de 1º/jan/2023 a 30/set/2023, onde, conforme tabela abaixo, demonstramos o volume de compras (notas de entradas), em moeda nacional, realizadas no período de acordo com o “Grupo CFOP:

Grupo CFOP	Valor (R\$)	(%)
COMPRAS DE ENERGIA ELÉTRICA	16.696.041,89	45,24
AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	60.417,87	0,16
AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE	14.333,64	0,04
ENTRADAS DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	43.596,58	0,12
OPERAÇÕES COM BENS DE ATIVO IMOBILIZADO E MATERIAIS PARA USO OU CONSUMO	10.135.990,36	27,46
ENTRADAS DE COMBUSTÍVEIS, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO, E LUBRIFICANTES	371.668,89	1,01
OUTRAS ENTRADAS DE MERCADORIAS OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	9.585.003,78	25,97
SEM CFOP	260,00	0,00
Total	36.907.313,01	100,00

Para a aplicação dos testes de auditoria, via seleção amostral, desconsideramos as entradas com transações relacionadas a Compras de Energia Elétrica, e as Aquisições de Serviços de Comunicação, de Serviços de Transporte, bem como as Entradas de Mercadorias ST e de Combustíveis e Lubrificantes, além da entrada cadastrada sem CFOP, cuja situação foi repassada a contabilidade para correção. Dessa forma, a base de dados utilizada para a seleção amostral ficou composta da seguinte forma:

Grupo CFOP	Valor (R\$)	(%)
OPERAÇÕES COM BENS DE ATIVO IMOBILIZADO E MATERIAIS PARA USO OU CONSUMO	10.135.990,36	51,40
OUTRAS ENTRADAS DE MERCADORIAS OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS	9.585.003,78	48,60
Total	19.720.994,14	100,00

No período analisado (1º/jan/2023 a 30/set/2023), os principais fornecedores de produtos/serviços das bases analisadas foram:

Fornecedor	Valor (R\$)	(%)
PREMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA	3.869.234,23	19,62
SIGA IND. E COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	1.513.209,64	7,67
CIMENTUR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	1.010.662,66	5,12
AEB Manutenção de Equipamentos Hidráulicos EIRELI	776.370,00	3,94
WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	752.744,28	3,82
IESUL - Interligacao Elétrica Sul	613.562,64	3,11
LIRI TRANSFORMADORES LTDA EPP	574.464,12	2,91

Fornecedor	Valor (R\$)	(%)
CJC PRE - MOLDADOS LTDA ME	494.590,40	2,51
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.	467.136,83	2,37
Cia Hidro Eletrica do Sao Francisco	464.690,49	2,36
USEALL SOFTWARE LTDA	420.497,21	2,13
TEZZA MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA	363.020,00	1,84
UNIMED CRICIUMA - COOPERATIVA DE TRABALHO	354.564,56	1,80
FLUXO IND. TRANSF. ELETRICOS LTDA	296.577,05	1,50
Centrais Eletricas do Norte do Brasil S A – Eletronorte	295.517,48	1,50
Demais Fornecedores até R\$ 250 mil (599)	7.454.152,55	37,80
Soma	19.720.994,14	100,00

Do montante apresentado acima, efetuamos a seguinte amostragem para teste documental e verificação dos procedimentos adotados pelo setor de compras da cooperativa.

Compras	Total do período	Total da Amostra	% da Amostra
Valor (R\$) das NF's	19.720.994,14	3.180.047,62	16,13%

Dos itens da amostra selecionada, R\$ 1.021.073,42 (32,11%) referem-se a itens provenientes da análise da movimentação de entrada dos estoques sendo o restante da amostra selecionada de forma aleatória. Da referida amostragem solicitamos a seguinte documentação, bem como a justificativa quando da sua ausência:

- Solicitação/Requisição ou documento equivalente com aprovação superior;
- Processo de cotação (Orçamentos) para definição da melhor compra;
- Ordem/ Pedido de Compra ou documento equivalente com aprovação superior;
- Comprovação do recebimento e inspeção do produto/serviço;
- Nota fiscal da referida compra realizada.

(6.1) PROCEDIMENTOS DE COMPRAS ADOTADOS ATUALMENTE

O Procedimento Operacional Padrão - POP adotado atualmente pela cooperativa para as compras de materiais é regido por meio de um organograma/fluxograma que descreve as etapas a serem cumpridas durante todo o processo, vide Anexo I deste Relatório. Conforme informado pela responsável pelo setor de compras, o processo atualmente adotado é demonstrado abaixo:

Procedimentos	Aquisição de Materiais
Solicitação / Requisição	Solicitação efetuada pelo setor de almoxarifado ou outro setor interessado, via sistema, quando verificada a necessidade de compra. A solicitação é realizada via sistema, impressa, assinada pelo solicitante e entregue ao setor de compras.
Cotação / Orçamento	De modo geral, se orienta realizar 3 orçamentos, onde o fornecedor homologado é selecionado em uma combinação de fatores para sua qualificação. Após análise de preço, condições de pagamento e prazo de entrega, é aprovada a melhor proposta, dando preferência as empresas da região.
Pedido de Compra	O Pedido de Compra é emitido pelo comprador, com a necessidade de aprovação superior. Após análise do pedido, o mesmo é enviado ao fornecedor vencedor.
Recebimento / Inspeção	O recebimento e a conferência dos itens são efetuados pelo almoxarifado ou outro setor interessado via nota fiscal recebida, sendo posteriormente entregue ao setor de compras para conferência.
Lançamento da NF	O setor de compras realiza a conferência com o Pedido de Compra. O lançamento ocorre pelo setor contábil após as devidas conferências dos setores de almoxarifado e compras, onde a documentação (Pedido de Compra, Nota Fiscal, Espelho de Lançamento) é encaminhada para arquivamento na contabilidade.

Diante das informações coletadas junto ao organograma/fluxograma, buscamos validar os procedimentos com base na amostragem solicitada.

Na sequência, apresentamos o resultado das análises entre as etapas do processo e relacionamos os pontos que entendemos ser conveniente destacar.

A) PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO/REQUISIÇÃO

Das 24 notas fiscais selecionadas na amostragem, 7 não possuíam processos de solicitação/ requisição dos materiais e serviços, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Quantidade	%
Com solicitação	17	70,83
Sem solicitação	7	29,17
Total	24	100,00

Conforme verificado, o sistema operacional utilizado pela empresa disponibiliza o registro da solicitação de produtos e serviços, processo que vem sendo realizado quando da aquisição de materiais elétricos destinados aos ativos de redes de distribuição.

B) PROCEDIMENTOS DE COTAÇÃO/ORÇAMENTOS

O processo de cotação é fundamental para a redução de custos e conseqüentemente a manutenção do negócio, no entanto a busca para encontrar o melhor custo-benefício nas operações de compras exige paciência, tempo e dedicação. O sucesso dessa operação passa por procedimentos internos bem definidos e um sistema operacional adequado para a gestão das informações.

Dessa forma, verificamos a aplicação do processo de cotação nos processos disponibilizados para análise, chegando ao seguinte resultado:

Descrição	Quantidade	%
Cotação com 2 orçamentos	4	16,66
Cotação com 1 orçamento	13	54,17
Sem cotação	7	29,17
Total	24	100,00

Os processos com apenas 1 (um) orçamento representaram mais de 50% da seleção amostral, bem como houve uma única compra com 2 (dois) orçamentos. Na sequência, apresentamos os processos sem cotação e, conseqüentemente, sem pedido de compra, bem como as justificativas apresentadas pela responsável. Vejamos:

Nota Fiscal	Fornecedor	Entrada	Valor (R\$)	
3.895	AEB Manut. de Equip. Hidr EIRELI	28/02/2023	335.000,00	W1
3.867	AEB Manut. de Equip. Hidr EIRELI	28/02/2023	440.000,00	W1
1.856	FLUXO IND. TRANSF. ELETRICOS	03/03/2023	93.580,00	W1
242.664	Cia Hidro Eletrica do Sao Francisco	15/03/2023	63.960,16	W2
194.049	IESUL - Interligacao Eletrica Sul	15/03/2023	183.715,38	W2
47.714	XINGU RIO TRANSMISSORA DE EM	15/03/2023	75.694,96	W2
3	IESUL - Interligacao Eletrica Sul	22/06/2023	131.452,73	W3
	Total		720.010,17	

W1 Entradas se tratam de devolução de materiais para conserto;
W2 Referem-se a encargos pelo uso do sistema de transmissão de energia elétrica, enquadrando-se
W3 Se trata de serviço de análise de projeto das obras das instalações da subestação em Forquilha.

Conforme demonstrado, muitas aquisições foram cotadas com apenas um fornecedor, nesses casos, recomendamos uma análise dos procedimentos adotados atualmente visando a adoção de cotações com ao menos 2 fornecedores.

Sugere-se ainda uma análise da cooperativa quanto a viabilidade para implantação de um sistema de cotação eletrônica, proporcionando mais controle, transparência e rapidez durante o processo de compra.

C) PROCEDIMENTOS DE APROVAÇÃO E EMISSÃO DO PEDIDO DE COMPRA

Conforme verificado, o sistema operacional utilizado pela empresa disponibiliza o registro do pedido de compras, processo que vem sendo realizado na maioria das aquisições realizadas, vide quadro abaixo demonstrativo com a amostra selecionada:

Descrição	Quantidade	%
Pedido de compra	17	70,83
Sem pedido de compra	7	29,17
Total	24	100,00

Constatamos ainda que todos os pedidos analisados passaram por aprovação superior, junto a gerência geral/ presidência da cooperativa, por meio de assinatura física diretamente no Pedido de Compra impresso.

Como sugestão, e se assim entender necessário, recomendamos uma análise da cooperativa quanto a viabilidade para a implantação de uma autorização eletrônica dos pedidos de compra via sistema, agilizando o acompanhamento e a liberação dos processos pela gerência, que somente ocorreria após a referida aprovação superior.

D) PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO

Conforme citado anteriormente no item 2.1 deste Relatório, o recebimento e a conferência dos itens são efetuados pelo almoxarifado ou pelo setor interessado. O apontamento evidenciando o adequado recebimento dos materiais é validado via nota fiscal com a aprovação da inspeção e do recebimento.

O processo de recebimento dos produtos, conforme verificado nas informações disponibilizadas, apresentou evidências de entrega da mercadoria. Cabe informar que não avaliamos, neste trabalho de auditoria, os meios utilizados pelo almoxarifado para checagem das quantidades recebidas, principalmente relacionadas as cargas de grande volume.

E) PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO DA NOTA FISCAL

Como mencionado anteriormente, os lançamentos das notas fiscais são realizados pela contabilidade com o envio do documento físico ao setor pelo departamento de compras, ocorrendo o registro somente após as conferências de recebimento e inspeção. Não identificamos situações merecedoras de observação neste ponto.

F) QUANTIDADE ENTREGUE INCORRETA

Na avaliação dos pedidos de compras relacionados a amostra selecionada, identificamos que o pedido nº 8058 possui materiais cuja quantidade pedida está diferente da quantidade entregue, dando a entender que tais materiais estão ainda pendentes de serem entregues, conforme demonstrado abaixo:

ID	Material	Qtde Pedida	Qtde Entregue	Qtde Pendente
331	CABO QUADRUPLIX 4 x 35mm ²	6.000	1.000	5.000
35049	CABO QUADRUPLIX 4 x 16mm ²	4.000	1.000	3.000
35195	CABO AL 2 CA (10,81m/kg)	2.360	300	2.060
163	CABO DUPLEX 2 X 35mm ²	1.500	500	1.000
269	CRUZETA DE AÇO 2,40 M	100	0	100
13165	PARAFUSO FRANCES 16 x 45mm	100	0	100
35094	SUPORTE HORIZONTAL ISOLADOR PILAR	50	0	50
35126	SUPORTE VERTICAL ISOLADOR PILAR	30	0	30
592	CONECTOR CUNHA ATERRAMENTO 5/8" x 6	200	0	200
3035	MÃO FRANCESA PERFILADA 726mm	50	0	50
35058	CABO QUADRUPLIX 4 X 70mm ²	1.000	0	1.000
35035	CABO QUADRUPLIX 4 X 50mm ²	1.000	0	1.000
28	HASTE TERRA ALTA CAMADA 1,5 M x 5/8" (1	150	50	100
35067	CABO DUPLEX 2 X 16mm ²	2.000	0	2.000
39	CABO CU NU 35mm ² - (3,21 m/kg)	300	0	300
1225	FIO AL NU 4 AWG P/AMARRILHO (17,48m/kg)	40	0	40
11035	FIO CU NU 6 AWG (8,47m/kg)	200	0	200
52	FIO CU NU 4 AWG (5,32m/kg)	100	0	100
35084	CHAVE FUSIVEL 25 kV	40	0	40
28010	PARA-RAIO POLIMÉRICO 12 KV/10 KA	30	0	30
162	CONECTOR PERFURANTE 10/70mm ² - 1,5/10m	300	0	300
137	CONECTOR PERFURANTE 16/70mm ² - 6/35mm	300	0	300
362	CONECTOR PERFURANTE 35/70mm ² - 35/70m	300	0	300
1035	ALÇA P/ CABO AL 2 CA/CAA / 35mm ² CAL.	200	0	200
Total		20.350	2.850	17.500

Na análise das notas fiscais provenientes deste pedido, foi constatado que todos os materiais do pedido já haviam sido entregues e lançados no sistema. Tal situação foi repassada ao setor de compras, que irá entrar em contato com a fornecedora do sistema para apurar o que causou tal distorção, que pode ocasionar equívocos no controle dos materiais entregues e pendentes.

7 – ESTOQUES

Em continuidade aos trabalhos, estendemos nossas análises para a revisão dos procedimentos internos relacionados ao controle de estoque da cooperativa, bem como a correlação dos saldos contábeis com os relatórios de inventários. Tal verificação tem o objetivo de identificar possíveis divergências que venham a distorcer os saldos dos estoques, bem como justificar a validação dos saldos apresentados de modo a nos permitir uma opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis.

Desse modo, nossa revisão teve como propósito a validação dos relatórios auxiliares que oferecem suporte aos registros contábeis por meio de contagem física e análise de movimentação. No decorrer do presente relatório abordaremos o detalhamento de todos os pontos citados acima, com o respectivo resultado dos testes realizados. Vejamos:

(7.1) CONFRONTO DOS SALDOS CONTÁBEIS COM OS RELATÓRIOS DE INVENTÁRIOS

Trata-se da correlação dos saldos registrados contabilmente com os relatórios de inventários de estoques, onde se apresentam os detalhes dos itens que compõem os mesmos e suas características, como: filial, depósito, produto, tipo, quantidade, custo, etc.

Os relatórios de inventários são a base de sustentação dos registros contábeis, devendo os mesmos refletir a informação contábil. Na data base definida para verificação, 31/set/2023, os saldos contábeis dos estoques estavam representados da seguinte forma:

Estoques em 31/set/2023	Saldo Contábil (R\$)	%
Almoxarifado de Manutenção	648.771,63	12,07%
Estoque de Resíduos e Sucatas	38.203,71	0,71%
Material em Deposito	4.687.630,10	87,22%
Soma	5.374.605,44	100,00%

Na sequência, confrontamos os saldos contábeis com os saldos apresentados nos respectivos relatórios de inventários na data base de 31/set/2023, conforme segue.

Estoques em 31/set/2023	Saldo Contábil (R\$)	Rel. Inventário (R\$)	Conferência (R\$)
Almoxarifado de Manutenção	648.771,63	648.771,63	0,00
Estoque de Revenda p/ Iluminação Pública	38.203,71	38.203,71	0,00
Material em Deposito	4.687.630,10	4.687.630,10	0,00
Soma	5.374.605,44	5.374.605,44	0,00

Nesta análise não identificamos exceções ou observações.

(7.2) VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA FÍSICA DOS ESTOQUES (CONTAGEM)

Realizamos a verificação física das quantidades existentes nos estoques do almoxarifado da cooperativa no dia 04 de outubro de 2023, por meio de seleção amostral. A referida amostragem de auditoria representou 29% do valor financeiro total do estoque, conforme demonstrado na sequência.

RESUMO AMOSTRAGEM

Descrição	Quantidade	% Qtd.	Valor (R\$)	% (R\$)
Qtde de itens e valor financeiro do sistema	830	100,00%	5.374.605,44	100,00%
Qtde de itens e valor financeiro auditados	65	7,11%	1.591.228,36	29,61%

A seguir, demonstramos os resultados do inventário em questão bem como as divergências encontradas. Vejamos:

RESUMO CONTAGEM

Descrição	Quantidade	% Qtd.	Valor (R\$)	% (R\$)
Quantidade sistema	837	100,00%	1.591.228,36	100,00%
Contagem Auditoria	848	101,3%	1.515.699,59	95,25%
Sobra ou (Falta)	11	1,3%	(75.528,77)	(4,75%)

A tabela acima apresenta diferenças totais entre a contagem e o saldo existente no sistema. Essas diferenças, sejam elas físicas ou financeiras (R\$), representaram 1,3% e -4,75% respectivamente quando comparadas com os valores do estoque.

Percebe-se que na contagem física, a quantidade geral de itens auditados (848) foi maior que aquela quantidade no sistema (837). Transformando essa diferença das quantidades em valores, o valor auditado fica menor que o controlado no sistema em R\$ 75 mil reais. Isso ocorre porque o valor das quantidades de itens que tiveram falta na contagem, são menos relevantes que os valores dos itens que tiveram sobra. Isso se deve principalmente ao item código 675 “ Banco Capacitor 3600kvar 15kv” que possui valor elevado de R\$ 128 mil reais e não foi identificado no almoxarifado.

Na sequência, será demonstrada a contagem física realizada. Vejamos:

Almoxarifado	Código Material	Descrição do Material	Saldo no Sistema		Contagem Auditoria		Sobra ou (Falta)		
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
129	512	POSTE DT 10 X 150 daN – CM	4	3.664,00	4	3.664,00	0	-	
493	3115	POSTE DT 10 X 150 daN – CM	11	1.259,12	11	1.259,12	0	-	
129	618	PAD. CAIXA INC. BIF. UNICA 7 X 100daN	4	3.482,14	0	-	-4	(3.482,14)	W1
129	714	PAD. CAIXA INC. MONOF. UNICA 8 X 100daN	22	30.893,68	25	35.106,45	3	4.212,77	
129	717	PAD. CAIXA INC. TRIF. UNICA 8 X 100daN	9	16.705,38	11	20.417,69	2	3.712,31	
129	269	CRUZETA DE AÇO 2,40 M	9	2.925,15	38	12.350,63	29	9.425,48	
493	269	CRUZETA DE AÇO 2,40 M	21	4.302,08	21	4.302,08	0	-	
129	639	CONTROLE DE RELIGADOR TRIFASICO	1	16.583,00	1	16.583,00	0	-	W2
493	128	POSTE DT 12 X 600 daN	28	44.052,14	31	48.772,01	3	4.719,87	
493	134	POSTE CC 14 X 600 daN	3	13.472,95	3	13.472,95	0	-	
493	135	POSTE CC 14 X 1000 daN	2	10.275,40	2	10.275,40	0	-	
493	385	POSTE CC 12 X 600 daN	25	63.829,88	24	61.276,68	-1	(2.553,20)	
493	386	POSTE CC 13 X 600 daN	27	102.072,24	26	98.291,79	-1	(3.780,45)	
493	387	POSTE CC 12 X 1000 daN	13	52.841,15	13	52.841,15	0	-	
493	633	POSTE FV 10 X 300 daN	6	7.087,61	6	7.087,61	0	(0,00)	
493	634	POSTE FV 10 X 600 daN	3	3.674,47	3	3.674,47	0	-	
493	635	POSTE FV 11 X 300 daN	2	3.068,82	2	3.068,82	0	-	
493	636	POSTE FV 11 X 600 daN	3	6.505,98	3	6.505,98	0	-	
493	3050	POSTE CC 10 X 300 daN	17	18.273,06	14	15.048,40	-3	(3.224,66)	
129	567	POSTE CC 10 X 600 daN - CM	0	-	0	-	0	-	
493	3055	POSTE CC 10 X 600 daN	8	14.432,05	26	46.904,16	18	32.472,11	
493	3060	POSTE CC 11 X 1000 daN	3	10.910,86	3	10.910,86	0	-	
493	3070	POSTE CC 11 X 300 daN	5	2.418,78	7	3.386,29	2	967,51	
129	35277	POSTE CC 11 X 600 daN - CM	1	2.266,68	11	24.933,48	10	22.666,80	
493	3075	POSTE CC 11 X 600 daN	24	40.016,48	24	40.016,48	0	-	
493	3085	POSTE CC 12 X 300 daN	16	17.640,03	16	17.640,03	0	-	
493	3105	POSTE CC 9 X 300 daN	9	4.427,48	9	4.427,48	0	-	
129	527	POSTE CC 9 X 600 daN - CM	1	2.200,00	1	2.200,00	0	-	
493	3110	POSTE CC 9 X 600 daN	11	15.807,70	9	12.933,57	-2	(2.874,13)	
129	519	POSTE DT 10 X 300 daN- CM	10	11.403,44	6	6.842,06	-4	(4.561,38)	
493	3120	POSTE DT 10 X 300 daN	33	21.081,49	33	21.081,49	0	-	
129	517	POSTE DT 10 X 600 daN - CM	5	9.545,93	6	11.455,12	1	1.909,19	
493	3125	POSTE DT 10 X 600 daN	26	33.318,50	26	33.318,50	0	-	
129	532	POSTE DT 11 X 300 daN - CM	17	22.862,00	25	33.620,59	8	10.758,59	
493	3130	POSTE DT 11 X 300 daN	35	23.551,38	35	23.551,38	0	(0,00)	
493	3135	POSTE DT 11 X 600 daN	26	36.604,16	26	36.604,16	0	-	
129	35271	POSTE DT 11 X 600 daN	2	14,60	2	14,60	0	-	
493	3155	POSTE DT 9 X 150 daN	4	2.016,54	4	2.016,54	0	-	
493	3165	POSTE DT 9 X 600 daN	26	26.264,29	26	26.264,29	0	-	
493	3175	POSTE CC 13 X 300 daN	1	624,20	1	624,20	0	-	
493	28025	POSTE CC 13 X 1000 daN	7	32.160,07	7	32.160,07	0	-	
493	28026	POSTE CC 10 X 1000 daN	2	6.391,00	2	6.391,00	0	-	
493	35197	POSTE CC 15 X 600 daN	3	14.430,30	3	14.430,30	0	-	

Almoxarifado	Código Material	Descrição do Material	Saldo no Sistema		Contagem Auditoria		Sobra ou (Falta)	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
493	35206	POSTE CC 15 X 1000 daN	1	6.245,85	1	6.245,85	0	-
493	35213	POSTE CC 15 X 1500 daN	0	-	0	-	0	-
493	35215	POSTE CC 17 X 1000 daN	1	3.942,50	1	3.942,50	0	-
493	35243	POSTE CC 12 X 1500 daN	5	29.845,51	4	23.876,41	-1	(5.969,10)
493	35248	POSTE CC 13 X 1500 daN	3	22.927,74	5	38.212,90	2	15.285,16
493	92	TRANSF. DE CORRENTE 0,6kV 100-5A	3	2.910,00	3	2.910,00	0	-
493	496	TRANSF. DE POTENCIAL 15 kV 0,3P75	9	12.937,53	9	12.937,53	0	-
493	35072	TRANSF. TRIF. 15 KVA 220/380	9	24.765,21	9	24.765,21	0	-
493	35074	TRANSF. TRIF. 112,5 KVA 220/380	13	158.299,84	14	170.476,75	1	12.176,91
493	35134	TRANSF. TRIF. 75KVA - 220/380	9	58.902,02	9	58.902,02	0	-
493	35173	TRANSF. TRIF. 30 KVA 220/380	23	147.857,26	22	141.428,68	-1	(6.428,58)
493	35175	TRANSF. TRIF. 300 KVA 220/380	2	49.078,72	2	49.078,72	0	-
493	651	AFASTADOR DE BRAÇO L	0	-	0	-	0	-
493	648	ADAPTADOR ESTRIBO 336,4MCM-185mm ²	58	8.338,82	47	6.757,32	-11	(1.581,50)
129	648	ADAPTADOR ESTRIBO 336,4MCM-185mm ²	75	12.348,18	75	12.348,18	0	-
493	484	CHAVE SECC. TANDEM 630A 15 KV SUBEST.	2	1.382,13	2	1.382,13	0	-
493	822	CHAVE FUSIVEL 25 kV - POLIMERICA	0	-	0	-	0	-
493	35207	CHAVE FUSIVEL RELIGADORA 25 kV	9	14.454,30	10	16.060,33	1	1.606,03
493	792	Esfera de Sinalização	42	40.460,10	10	9.633,36	-32	(30.826,74)
493	11190	SUORTE GANCHO TRAF0 CC 225MM	10	1.459,29	10	1.459,29	0	-
493	253	MASTIC	45	7.146,19	37	5.875,76	-8	(1.270,43)
129	253	MASTIC	9	1.429,20	9	1.429,20	0	-
493	718	MEDIDOR TRIF. ELETRONICO 15(120)A	7	8.656,90	7	8.656,90	0	-
493	719	MEDIDOR MONO. ELETRONICO 15(100)A	6	6.025,78	6	6.025,78	0	-
493	737	LEITOR BLUETOOTH PT. OPTICA PORTATIL	0	-	0	-	0	-
493	794	MODEM 3G/4G PORTA OPTICA	7	3.150,00	7	3.150,00	0	-
493	675	BANCO CAPACTTOR - 3600kVA/ 15kV - SUB.	1	128.889,20	0	-	-1	(128.889,20)
493	35137	REGULADOR MONOF. 414 KVA - 300 ^o	3	84.419,88	3	84.419,88	0	-
493	639	CONTROLE DE RELIGADOR TRIFASICO	0	-	0	-	0	-
TOTAIS			837	1.591.228,36	848	1.515.699,59	11	(75.528,77)

Onde:

W1 – Falta identificada pelo fato do material estar em conserto, no entanto, este não está alocado em uma ODS (Ordem de Serviço para conserto).

W2 – Material identificado porem o almoxarife afirmou que o equipamento está sendo usado apenas para reaproveitamento de peças. Neste caso, entendemos que este não pode figurar no relatório como material completo ou pronto para uso.

W3 – Material foi recebido por meio de doação e não foi dado entrada no almoxarifado. Material deve ser incluído do estoque.

W4 – Material em conserto sem a respectiva alocação em ODS.

W5 – Material não identificado. Almoxarife afirmou que o cadastro deste material não está correto e por isso fica demonstrado 01 material inexistente.

Conforme demonstrado, evidenciamos divergências de saldo em 24 dos 65 itens de estoque selecionados, resultando em 36,9% de itens apresentando alguma diferença, seja ela pequena ou de maior grandeza.

Ressaltamos ainda que tivemos dificuldades em realizar a contagem dos materiais, mesmo sendo apenas uma amostragem. Primeiramente o registro de saída das requisições de materiais não estavam todas inseridas no sistema.

Esta falta de registro das requisições no sistema, no momento da contagem, ocasionou muitas diferenças que possivelmente não existiriam, caso o sistema

tivesse com todas as informações atualizadas.

Pelo fato de não sentirmos segurança nas informações do relatório, quando comparado com a primeira contagem, tivemos que refazer parte da contagem no dia 06/10 e mesmo assim tivemos a ocorrência das diferenças conforme demonstrado na tabela acima.

Outro fato que nos chamou a atenção, foi que o responsável pelo almoxarifado afirmou que o registro de saída de alguns materiais do almoxarifado e o registro de entrada desses materiais na ODI/Processo, somente poderiam ser lançadas quando da finalização da obra.

Ou seja, dependendo do tamanho da obra e o seu prazo de finalização, o almoxarifado ficará desatualizado neste período. Ainda se pensarmos que a cooperativa possui diversas obras concomitantes, os registros do almoxarifado possivelmente nunca ficarão atualizados. Ressaltamos que as saídas e entradas de materiais devem ser registradas no sistema tempestivamente, caso contrário, o objetivo de "Controle" de estoque não atingirá sua finalidade.

Um dos motivos que podem acarretar as diferenças apontadas na contagem, é o acesso irrestrito de diversos funcionários ao almoxarifado de cabos e postes. O responsável do setor comentou que os funcionários e encarregados das obras abastecem os caminhões com postes para aplicar nas obras e o almoxarifado fica ciente de quais postes foram retirados do estoque.

Quando da finalização da obra ou quando o caminhão retorna do serviço é que o almoxarifado tem ciência de qual poste/cabo foi utilizado.

Face ao exposto, se recomenda uma análise detalhada das diferenças evidenciadas bem como dos motivos que as causaram, promovendo os devidos ajustes físicos e financeiros junto aos saldos do sistema de controle virtual da cooperativa. Adicionalmente, reforçamos a recomendação para que os controles atuais sejam aprimorados a fim de que tais diferenças possam ser mitigadas, evitando principalmente a saída física de materiais sem a devida baixa da requisição.

Complementarmente, recomenda-se a realização de contagens periódicas devidamente documentadas para análise e autorização de possíveis ajustes pelos superiores, servindo inclusive como indicador para medição de desempenho e, se necessário, para a aplicação de possíveis melhorias nos controles internos.

(7.3) VERIFICAÇÃO DE ITENS SEM MOVIMENTAÇÃO/ OBSOLETOS

Outro aspecto observado na revisão de auditoria dos estoques é a existência de itens obsoletos, ou que não sofrem movimentação frequente, trazendo um indicativo de que não se realizam, ou seja, não serão convertidos em caixa e/ou investimentos, mas sim em despesa. Dessa forma, verificamos junto ao relatório disponibilizado, os itens com mais de 720 dias sem movimentação, resultando num montante em torno de R\$ 189 mil.

Estes materiais obsoletos necessitam de uma análise quanto a sua realização, ou seja, se ainda são passíveis de utilização pela cooperativa. Caso se conclua pela sua obsolescência, tais valores devem ser baixados, ou ainda provisionados como uma perda contábil até a definição do seu destino.

(7.4) MATERIAIS EMPRESTADOS SEM O DEVIDO REGISTRO

Solicitamos listagem de materiais ou equipamentos emprestados para associados ou consumidores da cooperativa. Na data de 04/10/2023 a Cooperativa tinha os seguintes transformadores emprestados.

Cliente	Patrimônio	Potência (kVA)	Data Empréstimo
Dalon Alimentos	1867	150	15/07/2016
Ind. E Com. Móveis Nono Luigi	2720	112,5	06/12/2016
Michel Cadroin	1965	300	27/03/2017
Município de Meleiro (Usina Asfalto)	1327	112,5	03/10/2017
Consórcio Interm. de Inf. Rodov. AMESC	2930	112,5	21/03/2019
Munic. de Meleiro (Carlota Costa Confec)	2929	112,5	13/09/2019
Coop. De Agricultura Fam - Coopervalesul	2918	112,5	18/11/2019
Ceramica Gomes	1022	225	21/09/2020
Vanderlei Bernardino Januário	953	300	15/03/2021
Deivison Moro Ferro	3067	112,5	08/06/2021
Marco Ind. Com. Móveis Esquadrias	2917	112,5	08/06/2021
Marcos Paulo Pelajo	376	225	30/06/2021
Marcos Antonio Alamini	3136	300	21/09/2021
Mercado Presa	2193	150	21/09/2021
Município de Meleiro (Teixeira Ind. Textil)	3129	112,5	01/12/2021
Zanelatto Artefatos de Cimento	3134	112,5	17/03/2022
Comercio Transportes Trato Fino	3135	300	29/06/2022
Leniomar Gomes	3220	225	27/07/2022
Beninea Ind. E Engenharia	3219	225	27/07/2022
Duol Id. E Com. Sucatas	548	150	13/09/2022
Moacir Ré	2985	225	02/11/2022
Sadi Vieira	3217	225	07/11/2022
Jonas Brovedan	3280	112,5	20/11/2022
Catarinense Industria de Vidros	1927	112,5	06/12/2022
Marcelo Souza Fogaça	3282	112,5	09/01/2023
Água Viva In. E Com. Tingimento	1922	500	15/02/2023
Elcio Daniel	3297	112,5	10/03/2023
Migra Alimentos	3267	300	23/03/2023
Eraldo Valentin Pasini	3284	112,5	06/04/2023
Agenor Crepaldi	3131	112,5	19/04/2023
Rice Industrial	3315	112,5	19/04/2023
Augusto Correa Biff	3127	112,5	19/04/2023
Faimec Ind. Comercio de Moveis	3218	225	09/06/2023
Edio Neto	3314	112,5	13/06/2023
Luciano Feltrin	3285	112,5	24/07/2023
Enedir de Almeida	3311	112,5	27/07/2023
Urbano Agroindustrial	1924	500	16/08/2023

Cabe ressaltar que os materiais pertencentes tanto ao Almoxarifado Operacional quanto ao Almoxarifado em Depósito, quando inseridos nessa condição de empréstimo, devem ser transferidos para a conta 1107.2.03 - Almoxarifado Operacional - Material - Empréstado, conforme mencionado no MCSE.

1107 – Almoxarifado Operacional

Nota 6. Na subconta 1107.2.03 - Almoxarifado operacional - Material - Empréstado, será contabilizado o material eventualmente emprestado a Outorgadas, empreiteiros de obra, fornecedores, consumidores, bem como a órgão da própria Outorgada, vinculado à concessão, inclusive quando se tratar de material oriundo da subconta 1232.X.0X.10 - Imobilizado - Imobilizado em

curso - Material em depósito.

1232.X.0X.10 – Imobilizado em Curso – Material em Depósito

Nota 1. O material emprestado a outorgadas, empreiteiros de obra, fornecedores, consumidores, etc., inclusive quando se tratar de material oriundo da subconta 12332.X.0X.10 - Imobilizado em curso - Material em depósito, será registrado na conta 1107.2.03 - Almoarifado operacional - Material – Emprestado.

Adicionalmente, alertamos para o fato de que na devolução do bem emprestado, a depender do prazo de empréstimo, o departamento técnico deve avaliar a situação de uso do equipamento, bem como revisar a sua vida útil, para que o mesmo reflita adequadamente seu valor no controle patrimonial. Ainda, conforme exposto na situação acima, o setor de almoarifado deve ficar atento às regras contábeis quando do manejo de materiais emprestados.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS (COMPRAS / ESTOQUES)

Conforme exposto nas situações acima, evidenciamos que o setor de almoarifado e de compras necessitam de adequações nos seus procedimentos internos. Chamamos a atenção para o controle de almoarifado em relação as baixas, que não são realizadas tempestivamente.

Conforme comentado durante o relatório, muitos materiais são alocados no processo por baixa do estoque apenas na conclusão da obra, fato este que atrapalha as contagens periódicas e dificulta o andamento regular do processo. Muito importante a cooperativa adequar este procedimento.

Após a verificação física dos materiais e informada as divergências aos responsáveis, estes se justificaram para algumas destas diferenças encontrando o motivo do erro entre os saldos. Um dos motivos foi a falta do registro da baixa ou ainda que o registro de baixa foi efetivado, mas o material não saiu fisicamente do estoque. Esta justificativa não consideramos para a demonstração das diferenças porque estas não foram apresentadas no momento da contagem e sim posteriormente. Nosso trabalho tem o objetivo de validar o processo tempestivamente.

Tais justificativas ainda podem ser analisadas, no entanto, cabe aos Administradores ou responsáveis aceitar ou não tais justificativas para que o processo possa ser aperfeiçoado.

Criciúma, 25 de abril de 2024.

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSE
HENRIQUE EYNG:50626590949
Dados: 2024.04.26 14:49:21 -03'00'

MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
Contador CRC-SC Nº 17.329/O-8

5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas regulatórias

5.1 – Balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO			
	NOTA	31/dez/23	31/dez/22
CIRCULANTE		22.989	14.730
Caixa e equivalentes de caixa		7.761	1.443
Consumidores	07	8.527	7.619
Serviços em curso		920	693
Tributos compensáveis		328	325
Almoxarifado operacional		1.039	852
Ativos financeiros setoriais	08	1.549	1.397
Despesas pagas antecipadamente		210	214
Subsídios tarifários		2.361	1.755
Outros ativos circulantes		294	432
NÃO CIRCULANTE		122.166	115.531
Tributos compensáveis		407	322
Depósitos judiciais		764	725
INVESTIMENTOS		672	630
IMOBILIZADO	09	120.276	113.784
INTANGÍVEL	09	47	70
TOTAL DO ATIVO		145.155	130.261

PASSIVO			
	NOTA	31/dez/23	31/dez/22
CIRCULANTE		9.318	11.026
Fornecedores		3.590	4.215
Obrigações sociais e trabalhistas		2.311	2.120
Tributos		979	309
Encargos setoriais		1.056	985
Passivos financeiros setoriais	08	28	1.029
Sobras a repassar geração		719	1.379
Outros passivos circulantes		635	989
NÃO CIRCULANTE		3.587	3.483
Provisões para litígios		-	26
Obrigações vinculadas a permissão	10	3.587	3.457
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	132.250	115.752
CAPITAL SOCIAL		195	189
RESERVAS DE CAPITAL		1.233	1.233
REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		5.981	6.389
RESERVAS DE SOBRAS		116.936	103.172
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO		7.905	4.769
TOTAL DO PASSIVO		145.155	130.261

5.2 – Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

		PERÍODOS	
		01/jan/23 a 31/dez/23	01/jan/22 a 31/dez/22
INGRESSOS OPERACIONAIS	12	93.809	95.646
Fornecimento de energia		23.865	35.333
Disponibilização do sistema de distribuição		45.392	38.693
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.129	121
Serviços cobráveis		23	53
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público		23.400	21.446
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS		(21.389)	(29.212)
Tributos e contribuições sobre a receita		(9.337)	(13.170)
Encargos do consumidor		(12.052)	(16.042)
INGRESSOS LÍQUIDOS		72.420	66.434
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(57.355)	(58.660)
Dispêndio com energia elétrica adquirida		(24.299)	(35.073)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(7.317)	(1.411)
Custo de operação			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	13	(11.885)	(11.499)
Material		(3.236)	(2.822)
Serviços de terceiros		(1.999)	(1.576)
Arrendamentos e aluguéis		(888)	(617)
Seguros		(72)	(48)
Provisões		(132)	58
(-) Recuperação de despesas		126	130
Tributos		(217)	(247)
Depreciação e amortização		(6.001)	(4.349)
Gastos diversos		(1.435)	(1.206)
SOBRA BRUTA		15.065	7.774
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		1.116	1.315
Ingressos financeiros		1.182	1.457
Dispêndios financeiros		(66)	(142)
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS		1.645	1.485
SOBRAS ANTES DA CS E IR		17.826	10.574
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(207)	(166)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		17.619	10.408

5.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	RESERVAS DE SOBRAS			SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
				RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO			
SALDOS 31/DEZ./21	182	1.233	6.956	10.449	3.923	80.208	94.580	4.996	107.947
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização (devolução) de quotas	7								7
2 - AUMENTO DE RESERVAS									
- Destinações legais e estatutárias				1.060	907	4.239	6.206	(6.206)	-
- Destinações AGO						4.996	4.996	(4.996)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS									
- Realização da Fates					(1.232)		(1.232)		(1.232)
- Deliberação AGO						(1.378)	(1.378)		(1.378)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial			(567)					567	-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO								10.408	10.408
SALDOS 31/DEZ./22	189	1.233	6.389	11.509	3.598	88.065	103.172	4.769	115.752
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização (devolução) de quotas	6								6
2 - AUMENTO DE RESERVAS									
- Destinações legais e estatutárias				1.756	1.339	7.026	10.121	(10.121)	-
- Destinações AGO						4.770	4.770	(4.770)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS									
- Realização da Fates					(1.127)		(1.127)		(1.127)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial			(408)					408	-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO								17.619	17.619
SALDOS 31/DEZ./23	195	1.233	5.981	13.265	3.810	99.861	116.936	7.905	132.250
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6	-	(408)	1.756	212	11.796	13.764	3.136	16.498

5.4 – Demonstração do fluxo de caixa

	PERÍODOS	
	01/jan/23	01/jan/22
	a	a
	31/dez/23	31/dez/22
ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.820	13.407
Sobras do exercício	17.619	10.408
(Aumento) redução de consumidores	(908)	2.954
(Aumento) de serviços em curso	(227)	(46)
(Aumento) redução de tributos compensáveis	(88)	176
(Aumento) redução de almoxarifado operacional	(187)	1.141
(Aumento) redução de ativos financeiros setoriais	(152)	196
Redução (Aumento) de despesas pagas antecipadamente	4	(78)
(Aumento) de subsídios tarifários	(606)	(56)
(Aumento) de depósitos judiciais	(39)	(722)
Redução (Aumento) de outros ativos	138	(150)
(Redução) aumento de fornecedores	(625)	746
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	191	437
Aumento (Redução) de tributos	670	(1.388)
Aumento (Redução) de encargos setoriais	71	(2.833)
(Redução) aumento de passivos financeiros setoriais	(1.001)	951
(Redução) aumento de sobras a repassar geração	(660)	1.379
(Redução) de provisões para litígios	(26)	(10)
(Redução) aumento de outros passivos	(354)	302
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.381)	(16.313)
(Aumento) dos investimentos	(42)	(32)
(Aumento) do imobilizado	(6.492)	(16.461)
Redução do intangível	23	23
Aumento de obrigações vinculadas a permissão	130	157
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.121)	(2.603)
Realização de reservas	(1.127)	(1.232)
Aumento do capital social	6	7
Reversão de reserva deliberada pela AGO	-	(1.378)
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	6.318	(5.509)
Disponibilidades no início do exercício	1.443	6.952
Disponibilidades no final do exercício	7.761	1.443

5.5 – Notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

NOTA 03 – DAS PERMISSÕES

A permissionária detém permissão válida até o ano 2038 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 18,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 260 bairros.

NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B

("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 06 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial

serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CERSUL assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “19” das demonstrações contábeis societárias, a partir do exercício social 2015.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2023	Total 2022
	A VENCER		VENCIDOS					A VENCER		VENCIDOS				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Residencial	1.214	-	243	6	14	180	(200)	35	8	8	14	(13)	1.509	1.128
Industrial	2.052	-	225	-	-	373	(373)	1	-	-	269	(269)	2.278	2.133
Comercial	771	-	98	2	1	87	(88)	6	-	-	19	(19)	877	687
Rural	1.434	8	169	1	1	50	(50)	3	-	1	16	(16)	1.617	1.575
Poderes Públicos	98	-	-	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	98	75
Iluminação Pública	202	-	-	-	-	12	(12)	-	-	-	-	-	202	152
Serviço Público	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	21
Serviço Taxado	98	-	-	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-	78	-
Fornecimento Não Faturado	1.807	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.807	1.672
Outros Créditos	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	176
Total	7.737	8	735	9	16	703	(744)	45	8	9	318	(317)	8.527	7.619

NOTA 08 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Ativos Financeiros Setoriais - RS Mil	Saldo em 31/12/22	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/23	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.397	2.892	(2.740)	1.549	372	1.177	1.549	-
Neutralidade da Parcela A	1.397	2.892	(2.740)	1.549	372	1.177	1.549	-
Passivos Financeiros Setoriais - RS Mil	Saldo em 31/12/22	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/23	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(1.029)	1.534	(533)	(28)	(6)	(22)	(28)	-
Neutralidade da Parcela A	(1.029)	1.534	(533)	(28)	(6)	(22)	(28)	-

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reav.	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas
							(A)-(B)+(-C)				
Distribuição	142.332	11.667	(3.555)	-	-	150.444	8.112	(41.298)	109.146	105.285	(3.407)
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	207	-	-	-	-	207	-	(109)	98	104	-
Máquinas e equipamentos	137.132	11.048	(3.552)	-	-	144.628	7.496	(38.725)	105.903	101.750	(3.407)
Veículos	4.533	618	-	-	-	5.151	618	(2.179)	2.972	3.243	-
Móveis e utensílios	312	1	(3)	-	-	310	(2)	(285)	25	40	-
Administração	1.179	369	(2)	-	-	1.546	367	(634)	912	652	-
Máquinas e equipamentos	612	364	-	-	-	976	364	(361)	615	305	-
Veículos	263	-	-	-	-	263	-	(121)	142	180	-
Móveis e utensílios	304	5	(2)	-	-	307	3	(152)	155	167	-
Comercialização	17	-	-	-	-	17	-	(10)	7	8	-
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	-	17	-	(10)	7	8	-
Subtotal	143.528	12.036	(3.557)	-	-	152.007	8.479	(41.942)	110.065	105.945	(3.407)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reav.	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas
							(A)-(B)+(-C)				
Distribuição	7.513	38.134	(35.445)	-	-	10.202	2.689	-	10.202	7.513	-
Máquinas e equipamentos	1.197	14.694	(11.550)	-	-	4.341	3.144	-	4.341	1.197	-
Outros	6.316	23.440	(23.895)	-	-	5.861	(455)	-	5.861	6.316	-
Administração	327	215	(533)	-	-	9	(318)	-	9	327	-
Máquinas e equipamentos	327	25	(343)	-	-	9	(318)	-	9	327	-
Outros	-	190	(190)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.840	38.349	(35.978)	-	-	10.211	2.371	-	10.211	7.840	-
Total do Ativo Imobilizado	151.368	50.385	(39.535)	-	-	162.218	10.850	(41.942)	120.276	113.785	(3.407)

Ativo Intangível em Serviço - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
					(A)-(B)+(C)			
Distribuição	364	-	-	364	-	(364)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	364	-	-	364	-	(364)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	147	-	-	147	-	(102)	45	67
Softwares	147	-	-	147	-	(102)	45	67
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	7	-	-	7	-	(5)	2	3
Softwares	7	-	-	7	-	(5)	2	3
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	518	-	-	518	-	(471)	47	70

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas
						(A)-(B)+(C)
AIS Bruto	137.133	10.968	(2.866)	(607)	144.628	7.495
Transformador de Distribuição	11.353	1.804	(1.175)	-	11.982	629
Medidor	3.898	301	(158)	-	4.041	143
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	37.473	5.802	(267)	-	43.008	5.535
Redes Alta Tensão (69 kV)	32.853	211	(15)	-	33.049	196
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	5	-	-	-	5	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	28.002	2.850	(272)	(607)	29.973	1.971
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	6.130	-	-	-	6.130	-
Demais Máquinas e Equipamentos	17.419	-	(979)	-	16.440	(979)

	2023			2022	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	3,07%	150.443	(41.298)	109.145	105.284
Custo histórico	3,92%	141.755	(36.171)	105.584	100.944
Reavaliação	5,30%	8.688	(5.127)	3.561	4.340
Administração	3,84%	1.546	(634)	912	651
Custo histórico	6,08%	1.632	(716)	916	656
Reavaliação	-2,24%	(86)	82	(4)	(5)
Comercialização	-	17	(10)	7	8
Custo histórico	-	17	(10)	7	8
Em Serviço	6,91%	152.006	(41.942)	110.064	105.943
Distribuição	-	10.203	-	10.203	7.514
Administração	-	9	-	9	327
Em Curso	-	10.212	-	10.212	7.841
TOTAL	6,91%	162.218	(41.942)	120.276	113.784

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Nº Processo	Descrição	RS Mil
52413	CONDUTOR ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 185 MM²	1.559
52479	CONDUTOR ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 185 MM²	1.526
49005	CONDUTOR ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 2 AWG	737
51896	REGULADOR MONOF. 621 KVA - 300A	424
50605	SERVIDOR	327
41424	PAINEL DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO DA SUBESTAÇÃO SANTA ROSA	211
53810	POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/300 daN	204
54299	CONDUTOR ALUMÍNIO NÚ 2 AWG	197
44792	CHAVE SECCIONADORA 13,8 KV 630 A MONOFASICA	135
52496	POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/300 daN	106
Total		5.426

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Nº Processo	Descrição	RS Mil
9847	TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	93
9271	REGULADOR DE TENSÃO 15,0kV 414 KVA 300A MONOFÁSICO / UNIPOLA	78
9864	TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	66
9786	REGULADOR DE TENSÃO 15,0kV 414 KVA 300A MONOFÁSICO / UNIPOLA	4
10047	POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/600 daN	7
9577	TRANSFORMADOR TRIF. 300 KVA 220/380	26
10046	TRANSFORMADOR TRIF. 300 KVA 220/380	25
9852	CONDUTOR ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 4/0 AWG	21
9747	TRANSFORMADOR 7,96kV 440/220 V 10 KVA MONOFÁSICO / UNIPOLAR	20
9931	TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 225 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	18
Total		358

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - RS Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Total
Em serviço	-	3.407	3.282
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	3.202	3.077
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	205	205
Outros	-	180	175
Outros	-	180	175
Total	-	3.587	3.457

Obrigações Especiais - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (a)-(b)	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	3.282	161	(36)	3.407	125	3.407	3.282
Participação financeira do consumidor	3.077	161	(36)	3.202	125	3.202	3.077
Doações e subv. a invest. no serviço público	205	-	-	205	-	205	205
Em curso	175	339	(334)	180	5	180	175
Participação financeira do consumidor	24	180	(204)	-	(24)	-	30
Valores pendentes de recebimento	92	132	(129)	95	3	95	92
Valores não aplicados	59	27	(1)	85	26	85	53
Total	3.457	500	(370)	3.587	130	3.587	3.457

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 20.168 (Vinte mil, cento e sessenta e oito) associados em 31/dez/2023.

Patrimônio Líquido	2023	2022
Capital social	195	189
Capital subscrito	201	195
(-) Capital à integralizar	(6)	(6)
Reservas de capital	1.233	1.233
Doações e subvenções	1.236	1.236
Doações e subvenções a realizar	(3)	(3)
Reavaliação regulatória compulsória	5.981	6.389
Reavaliação regulatória compulsória	5.153	6.155
Realização da reavaliação regulatória compulsória	828	234
Reservas de sobras	116.936	103.172
Reserva legal	13.265	11.509
Reserva ass. técnica educacional e social	3.810	3.598
Reserva manutenção ampliação e melhoria	99.861	88.065
Sobras à disposição da AGO	7.905	4.769
Sobras líquidas apuradas	7.905	4.769
Total	132.250	115.752

NOTA 12 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

	Nº de Un. Consumidoras		MWh Mil		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita Bruta	18.639	18.932	145.642	151.881	69.122	74.414
Fornecimento - Faturado	18.639	18.932	145.642	151.881	69.122	74.414
Residencial	11.368	11.288	30.465	28.269	14.713	14.608
Industrial	358	524	63.874	67.754	27.972	33.356
Comercial	2.014	2.031	15.540	14.165	8.793	8.876
Rural	4.603	4.782	26.776	26.012	13.901	13.610
Poder público	244	254	1.969	1.809	1.197	1.200
Iluminação pública	21	20	6.223	6.184	2.087	2.300
Serviço público	31	33	795	7.688	459	464
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	18.639	18.932	145.642	151.881	69.122	74.414
Consumidores cativos	18.639	18.932	145.642	151.881	69.122	74.414
Regulatórias	9	9	191	173	24.806	21.345
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva e IF					1.129	121
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado					135	(388)
Consumo próprio	9	9	191	173	119	113
Serviços cobráveis					23	53
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					23.400	21.446
Total	18.648	18.941	145.833	152.054	93.809	95.646

NOTA 13 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2023	2022
Pessoal	11.341	10.973
Remuneração	7.373	7.205
Encargos	2.662	2.599
Despesas rescisórias	85	144
Outros benefícios - Corrente	1.106	954
Outros	115	71
Administradores	544	526
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	544	526
Total	11.885	11.499

NOTA 14 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A permissionária não atua nos negócios de geração e transmissão, e o negócio de comercialização dentro da distribuição, foi abolido na última modificação do manual de contabilidade do setor elétrico (MSCE)

NOTA 15 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A CERSUL, sediada na cidade de Turvo/SC, atende atualmente cerca de 19 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 86 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2008 entre a União e a CERSUL por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cersul optou por celebrar termo aditivo contratual.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 13.360, que criou a subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia, cabendo à ANEEL definir a forma de cálculo e os valores.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a “Parcela A”, formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a “Parcela B”, formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico de 19 de setembro de 2023 (Fls. 59 Nota Técnica nº 108/2023-STR/ANEEL, de 19 de setembro de 2023):

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	13.792.066,08	14.579.642,06	5,71%	0,92%	16,33%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	168.408,76	173.113,32	2,79%	0,01%	0,19%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	11.641.440,16	11.055.037,29	-5,04%	-0,68%	12,39%
CDE GD		848.181,72	100,00%	0,99%	0,95%
CDE Excessos Hídrica		595.607,86	100,00%	0,70%	0,67%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	-	232.056,70	100,00%	0,27%	0,26%
PROINFRA	1.982.217,16	1.675.642,17	-15,47%	-0,36%	1,88%
ENERGIA COMPRADA	18.889.911,85	23.687.693,53	25,40%	5,60%	26,54%
Energia	18.889.911,85	23.687.693,53	25,40%	5,60%	26,54%
TRANSPORTE DE ENERGIA	13.734.534,33	9.576.039,15	-30,28%	-4,85%	10,73%
Rede Básica	-	4.997.733,33	100,00%	5,83%	5,60%
Rede Básica Fronteira	-	530.920,00	100,00%	0,62%	0,59%
Uso do sistema de distribuição	13.734.534,33	4.047.385,81	-70,53%	-11,31%	4,53%
Total de Parcela A	46.416.512,26	47.843.375,13	3,07%	1,67%	53,60%
Total de Parcela B	39.271.340,88	41.410.670,15	5,45%	2,50%	46,40%
Varição econômica				4,16%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Reposse de PIS COFINS		926.486,07		1,08%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(15.818,98)		-0,02%	
Ajuste CUST RB + PIS Cofins		555.981,31		0,65%	
Subvenção CDE		(20.777.145,71)		-24,25%	
Reversão Diferimento Pis Cofins		1.205.664,19		1,41%	
Reversão Diferimento CUSD		3.187.094,60		3,72%	
Previsão de Risco Hidrológico		244.132,45		0,28%	
Total financeiros		(14.673.606)		-17,12%	
Varição econômica e financeira				-12,96%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				31,77%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				18,81%	

Os custos da Parcela A representam 53,60% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 1,67% da variação econômico-financeira da CERSUL. Com relação a Parcela B, sua participação no processo tarifário é de 46,40% da receita, resultando num efeito de 2,50% na variação econômico-financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de 4,16%, foram adicionados os componentes financeiros devidos, no total de -17,12%, que, somado à retirada dos financeiros do processo anterior (31,77%), resultou no efeito médio final para o consumidor em 18,81%.

O aumento significativo no ano de 2023 deve-se ao fato de a ANEEL ter incluído um financeiro de diferimentos de anos anteriores. Sendo que no ano de 2023 a ANEEL decidiu não conceder mais diferimentos a nenhuma distribuidora.

Cabe ressaltar que o aumento na tarifa B2 foi mais significativo devido ao decreto do Governo Federal nº 9642/2018, o qual está retirando o subsídio gradativamente até zero-no ano de 2023.

Considerando o não aceite da ANEEL no que diz respeito aos diferimentos, assim como a projeção de redução do custo de compra de energia para o ano 2024, quando a CERSUL passará a comprar energia no mercado livre, a diretoria da CERSUL optou por repassar reajustes menores às tarifas no ciclo 2023-2024, em relação aos homologados pela ANEEL.

NOTA 16 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Permissionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Permissionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota de Ajuste	2023			2022		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Ativo circulante		22.989	-	22.989	14.730	-	14.730
Caixa e equivalentes de caixa		7.761	-	7.761	1.443	-	1.443
Consumidores		8.527	-	8.527	7.619	-	7.619
Serviços em curso		920	-	920	693	-	693
Tributos compensáveis		328	-	328	325	-	325
Almoxarifado operacional		1.039	-	1.039	852	-	852
Ativos financeiros setoriais		1.549	-	1.549	1.397	-	1.397
Despesas pagas antecipadamente		210	-	210	214	-	214
Subsídios tarifários		2.361	-	2.361	1.755	-	1.755
Outros ativos circulantes		294	-	294	432	-	432
Ativo não circulante		122.195	(29)	122.166	115.560	(29)	115.531
Tributos compensáveis		407	-	407	322	-	322
Depósitos judiciais		764	-	764	725	-	725
Ativo indenizável (permissão)	01	35.101	(35.101)	-	30.729	(30.729)	-
Bens e atividades não vinculadas		672	-	672	630	-	630
Imobilizado	02	61	120.215	120.276	61	113.723	113.784
Intangível	03	85.190	(85.143)	47	83.093	(83.023)	70
ATIVO		145.184	(29)	145.155	130.290	(29)	130.261
Passivo circulante		9.318	-	9.318	11.026	-	11.026
Fornecedores		3.590	-	3.590	4.215	-	4.215
Obrigações sociais e trabalhistas		2.311	-	2.311	2.120	-	2.120
Tributos		979	-	979	309	-	309
Encargos setoriais		1.056	-	1.056	985	-	985
Passivos financeiros setoriais		28	-	28	1.029	-	1.029
Sobras a repassar geração		719	-	719	1.379	-	1.379
Outros passivos circulantes		635	-	635	989	-	989
Passivo não circulante		3.587	-	3.587	3.483	-	3.483
Provisão para litígios		-	-	-	26	-	26
Obrigações vinculadas à permissão		3.587	-	3.587	3.457	-	3.457
Patrimônio líquido		132.279	(29)	132.250	115.781	(29)	115.752
Capital social		195	-	195	189	-	189
Reservas de capital		1.233	-	1.233	1.233	-	1.233
Reavaliação regulatória compulsória		5.981	-	5.981	6.389	-	6.389
Ajuste de avaliação patrimonial	04	29	(29)	-	29	(29)	-
Fundo de reserva legal		13.265	-	13.265	11.509	-	11.509
FATES		3.810	-	3.810	3.598	-	3.598
Reserva de ampliação		99.861	-	99.861	88.065	-	88.065
Sobras à disposição da AGO		7.905	-	7.905	4.769	-	4.769
PASSIVO		145.184	(29)	145.155	130.290	(29)	130.261

Descrição	Nota de Ajuste	2023			2022		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
INGRESSOS OPERACIONAIS		96.317	(2.508)	93.809	98.113	(2.467)	95.646
Fornecimento de energia		23.865	-	23.865	35.333	-	35.333
Disponibilização do sistema de distribuição		45.392	-	45.392	38.693	-	38.693
Ativos e passivos financeiros setoriais	05	1.129	-	1.129	121	-	121
Serviços cobráveis		23	-	23	53	-	53
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público		23.400	-	23.400	21.446	-	21.446
Outras receitas	06	2.508	(2.508)	-	2.467	(2.467)	-
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS		(21.389)	-	(21.389)	(29.212)	-	(29.212)
Tributos e contribuições sobre a receita		(9.337)	-	(9.337)	(13.170)	-	(13.170)
Encargos do consumidor		(12.052)	-	(12.052)	(16.042)	-	(16.042)
INGRESSOS LÍQUIDOS		74.928	(2.508)	72.420	68.901	(2.467)	66.434
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(57.355)	-	(57.355)	(58.660)	-	(58.660)
Dispêndio com energia elétrica adquirida		(24.299)	-	(24.299)	(35.073)	-	(35.073)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(7.317)	-	(7.317)	(1.411)	-	(1.411)
Custo de operação							
Pessoal (inclui remuneração a administradores)		(11.885)	-	(11.885)	(11.499)	-	(11.499)
Material		(3.236)	-	(3.236)	(2.822)	-	(2.822)
Serviços de terceiros		(1.999)	-	(1.999)	(1.576)	-	(1.576)
Arrendamentos e alugueis		(888)	-	(888)	(617)	-	(617)
Seguros		(72)	-	(72)	(48)	-	(48)
Provisões		(132)	-	(132)	58	-	58
(-) Recuperação de despesas		126	-	126	130	-	130
Tributos		(217)	-	(217)	(247)	-	(247)
Depreciação e amortização		(6.001)	-	(6.001)	(4.349)	-	(4.349)
Gastos diversos		(1.435)	-	(1.435)	(1.206)	-	(1.206)
SOBRA BRUTA		17.573	(2.508)	15.065	10.241	(2.467)	7.774
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		1.116	-	1.116	1.315	-	1.315
Ingressos financeiros		1.182	-	1.182	1.457	-	1.457
Dispêndios financeiros		(66)	-	(66)	(142)	-	(142)
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS	06	(863)	2.508	1.645	(982)	2.467	1.485
SOBRAS ANTES DA CS E IR		17.826	-	17.826	10.574	-	10.574
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(207)	-	(207)	(166)	-	(166)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		17.619	-	17.619	10.408	-	10.408

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação conforme permissão	2023	2022
Ativo financeiro indenizável (Nota 01)	35.101	30.729
Imobilizado societário	61	61
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 03)	85.190	83.093
Total Societário	120.352	113.883
(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória/Societário	(29)	(29)
(=) Imobilizado + Intangível Regulatório	120.323	113.854

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[4] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2010 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

[5] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos financeiros setoriais, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

[6] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

ANDREI
MAGAGNIN:6
6945089991

Assinado de forma digital por ANDREI MAGAGNIN:66945089991
Dados: 2024.04.02 10:35:38 -03'00'

Andrei Magagnin
CPF: 669.450.899-91
Presidente

JOELMA
WALNIER DOS
SANTOS:036815
63977

Assinado de forma digital por JOELMA WALNIER DOS SANTOS:03681563977
Dados: 2024.04.02 10:37:00 -03'00'

Joelma Walnier dos Santos
CRC: 030.3850 – 2
CPF: 036.815.639-77
Contadora

5.6 – Relatório auditor independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 05 e 06 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** com data de 08 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 25 de abril de 2024.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por
JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949
Data: 2024.04.29 14:48:27 -0300

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

MullerEyng Auditores Independentes S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei n° 5.764/1971

Resolução CFC n°1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho n° 4.356 de 22/11/2017 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul Cooperativa de Distribuição de Energia

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal